



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**101<sup>a</sup> Reunião da Câmara Técnica do Plano  
Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH do  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.**

Brasília/DF.  
24 de Abril de 2018.

(Transcrição *ipsis verbis*)  
Empresa ProiXL Estenotipia

1 **A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Bom  
2 dia a todos. Vamos retomar nossa reunião de ontem. Ontem nós fechamos o  
3 item cinco e acredito que o item seis, se Adriana tiver alguma informação a  
4 mais, ou a Luciana. Porque o Sergio fez ontem um breve relato da situação, e  
5 ficou em aberto caso quiséssemos dar alguma complementação. A sugestão  
6 foi que procurássemos ter participado da oficina para darmos margem direita  
7 para o relatório já da próxima reunião. Ficou para hoje então a apresentação do  
8 Plano Nacional, situação é próximos passos pela Adriana. Oi, pois não?

10  
11 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – O  
12 Sergio deixou algum encaminhamento ontem em relação à questão da oficina?

14  
15 **A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Não. O  
16 que nós conversamos foi que ficou faltando ainda, não está pronto é o relatório  
17 da oficina, a síntese da oficina. Na última reunião ela foi apresentada, mas  
18 ficou faltando. Então nós solicitamos, que se possível na próxima reunião nós  
19 já tivéssemos a síntese da oficina para poder estudar e dar continuidade nesse  
20 tema.

22  
23 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Eu  
24 vou fazer o encaminhamento de uma proposta de resolução no conselho.  
25 Porque eu estou achando que estamos ficando muito subalterno a uma agenda  
26 ou decisão que está fora do controle ou do conhecimento do conselho. Como o  
27 conselheiro tem competência na definição dessas diretrizes, então eu vou ter  
28 que tomar uma iniciativa mais superveniente. E fazer essa proposta de  
29 resolução, estar alterando inclusive o GAP do Paraguai. Quer dizer, eu vou  
30 inclusive aperfeiçoar aquela proposta que eu queria que fosse considerada  
31 como do conselheiro. Eu estou falando no caso do Paraguai. A margem direita  
32 nós vamos fazer uma proposta tipo a que fizemos para o Paraguai, porque o  
33 conselho tem que tramitar em uma agenda que não seja subalternas aos  
34 limites institucionais da ANA, com todo o respeito que eu tenho aos técnicos da  
35 ANA, eu tenho certeza que isso pode não ser prioridade da direção da ANA.  
36 Então estamos de mãos atadas lá. Então teremos que dar um INPUT aqui, e aí  
37 eu tenho que entrar formalmente. Porque se não fica assim, a coisa está  
38 demorando anos e está tendo problemas na região.

40  
41 **A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** –  
42 Pronto, na próxima pauta nós devemos ter se possível a síntese e com as  
43 propostas que chegarem, nós já temos material para dar continuidade às  
44 discussões. Ok?

46  
47 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – É  
48 porque esse estágio de sentimentos, que está rolando a coisa. Eu estou  
49 achando que vamos ficar subalterno a um aperfeiçoamento da nova diretoria

da ANA, que está talvez ainda não familiarizada com isso, e não está dando prioridade a essa questão.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Ok. Mas ele já está na nossa agenda, está na nossa pauta. Então ela vai dar continuidade, sem problemas.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Então eu queria que considerasse dentro dessa linha a proposta do Paraguai, porque se não fizermos isso vai ficar...

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Mas também está, nós já recebemos a proposta e eu falei da Débora...

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Eu queria que fosse entendida como nossa, do conselheiro. Não é uma coisa do Paraguai, porque se não ficamos sem.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Não, mas é isso para a próxima reunião também nós deveremos pautar esse assunto para discutir.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Outra coisa, eu suponho que o GAP não tenha interesse em mudar, então se deixar aquele pessoal viverá adi eterno e um comitê de bacia em qualquer instância de gestão tem o ciclo natural de eleição, mudança de membros. Como é que um GAP vai ficar a vida toda sem mandato definidos.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Perfeito, então pronto. Já temos duas pautas definidas para a próxima reunião. E aí então, acho que podemos dar início à apresentação. Passo a palavra para a Adriana.

**A SRª. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA) –** Bom dia gente. Adriana Lustosa da SRHQ - MMA. Em função desse meu problema ontem eu não tive, e também não pude adequar a apresentação para essa reunião. Aí eu estou aproveitando uma apresentação que eu fiz para uma reunião que tivemos recentemente com os presidentes de câmaras técnicas do conselho, para falar um pouquinho sobre como estão nossas atividades de monitoramento das metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Uma proposta de ferramenta para auxiliar na coleta das informações, e também para auxiliar na divulgação e

transparência dos dados coletados, e até na prestação de informações para o relatório de conjuntura de recursos hídricos. E aí eu abro aqui nessa linha do tempo, só para fazer uma propaganda. Porque vocês sabem que o site do Conselho Nacional de Recursos Hídricos está passando por uma reformulação e lá terá uma área dedicada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos. E aí estamos bolando a linha do tempo, isso aqui já sofreu umas modificações mais estéticas, mas o conteúdo é esse. Desde o processo de elaboração do plano em 2004 a 2005, até o seu horizonte temporal que finaliza em 2020, nós deixaremos no mesmo repositório toda documentação que tratou do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Resoluções do Conselho, resoluções relacionadas a cobrança com impacto no plano, os detalhamentos dos programas, a avaliação da execução do plano que já foi desenvolvida pelo consultor. Então aqui vai estar tudo disponibilizado no site do Conselho e agora a câmara técnica vai ter esse canal do Plano Nacional ali no site. Isso aqui também pode ser aperfeiçoado à medida que for sendo utilizado. E toda a vez que eu menciono uma resolução do documento, nós teremos a possibilidade de clicar nesses documentos e abrir direto no documento. Então acho que vai reunir as informações de uma forma mais objetiva. E vocês se lembram, foram 16 prioridades aprovadas para 2016/2020, com 45 ações e 71 metas associadas. Essas metas são de atribuição principalmente no Ministério do Meio Ambiente, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas e do CTHidro. Mas isso não quer dizer que outras instituições do governo federal, dos governos dos Estados, ou mesmo comitês de bacias não tenham também responsabilidade por essas metas. Mas em princípio foco nesse conjunto mais restrito de atores é iniciarmos um processo de monitoramento piloto com esses atores, para depois responde isso no nível dos estados e também dos outros órgãos do governo federal. E aí eu coloco aqui as metas que foram colocadas para as câmaras técnicas do Conselho. Então tem metas para a CTPNRH, CTEM, CTPOA, CETIL, CTCOB, CTGRHT e CTCOST. Inclusive CTGRHT e CTCOST a meta era justamente, uma delas né, a reativação dessas duas câmaras técnicas que já tinha uns dois ou três anos paradas e elas já foram reativadas e já estão montando a sua pauta de discussão. E aí eu chamo atenção aqui para as metas da CTPNRH. São duas né? A primeira definir diretrizes para o monitoramento e avaliação da implementação dos planos de recursos hídricos com prazo de dezembro de 2019, e a segunda definir diretrizes para abordagem do tema das mudanças climáticas nos planos de recursos hídricos para Dezembro de 2018. São as nossas metas, depois eu vou voltar nelas. Eu queria chamar atenção para uma prioridade do plano, que tem muito a ver com essa preocupação em disponibilizar as informações de uma maneira acessível para o CINGRI, para a sociedade. Então dá mais acesso e transparência as informações relativas a implementação do plano. E essa prioridade é compartilhar informações em linguagem clara e acessível a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e de sua gestão. Tem três metas associadas, elaborar uma estratégia de comunicação para o plano, que é uma meta do MMA até 2018. Disponibilizar a ferramenta do sistema de gerenciamento, orientados para resultados para instituições do SINDRI e sociedade até dezembro de 2018. E divulgar anualmente o relatório de conjuntura dos recursos hídricos no Brasil. A estratégia de comunicação do plano. Foi lançada uma consultoria pelo

Ministério do Meio Ambiente. Uma consultoria individual, bastante pontual onde já foi selecionada uma pessoa. Ela vai passar a trabalhar conosco em poucas semanas, e aí ela vai pensar nos próximos seis meses, junto com essa Câmara Técnica como é que podemos dar maior capilaridade. Como é que podemos comunicar melhor o plano. E muito também com foco naquela questão de que em 2019 e 2020, nós teremos que estar trabalhando o novo plano que vai exigir um processo de mobilização social, de comunicação, de envolvimento, de convencimento. E aí essa estratégia de comunicação certamente vai ajudar nesse processo. A ferramenta do SIGO, eu vou mostrar para vocês como é que estamos pensando, e também vai fazer parte do conselho. E o relatório de conjuntura já é divulgado anualmente, apareceu como mete muito mais para reforçar a importância do relatório de conjuntura para o compartilhamento de informações. E não necessariamente porque foi uma prioridade apresentada, mas o relatório já incorpora essa questão da linguagem clara e acessível. E ontem vocês já puderam ver que a linguagem realmente mudou. E o objetivo é esse mesmo. É tentar transformar esse material produzido para uma linguagem mais acessível para o maior número de pessoas. Em relação ao monitoramento do PNRH, nós trabalhamos nessa Câmara Técnica, a resolução 180. Que define o relatório de conjuntura de recursos, o conteúdo mínimo do relatório de conjuntura. Porque vocês sabem que o relatório de conjuntura, ele faz parte do PNRH, ele corresponde ao panorama dos recursos hídricos no Brasil. Ou seja, o diagnóstico dos recursos hídricos e é atualizado periodicamente. Por isso a importância do PNRH estar retratado ali. Então foi criada, foi proposta uma área temática no relatório chamada, a situação da implementação do plano. Que deverá incluir no mínimo os seguintes aspectos. Atendimento às prioridades, recursos alocados, monitoramento e avaliação do plano. Aí coloca que caberá SRHQ, até por suas atribuições, com o apoio da Ana e articulação com a câmara, a definição dos indicadores para monitoramento e avaliação. Nós já temos essa proposta de indicadores, elaborado com o auxílio de consultoria. E também as informações relativas áreas temáticas deverão ser encaminhadas pela SRH, que é a ANA, para que elas sejam incorporadas aos relatórios. E o relatório deverá contar um capítulo de finalização, contendo análise crítica integrada, indicando lacunas, dificuldades, desafios e recomendações com foco no aprimoramento da gestão das águas. Acho que isso aqui é um papel talvez da CTPNRH, essa análise crítica. Porque a CTPNRH tem a atribuição de avaliar a execução do plano. Então além do relatório que remeteremos dessa execução, a CTPNRH pode também colocar essa análise crítica, talvez no conjuntura. E o desenho dessa proposta de monitoramento, também aproveitando esse novo ambiente do site do Conselho, isso aqui tá em reformulação, está em adequação, mas nós nos inspiramos nos ODSs, no formato dos ODSs para tratar das 16 prioridades do plano, e também para depois de ter uma análise global. Então por exemplo, quando se abria o site do conselho, essa interface do plano, você pode clicar na primeira prioridade que trata do planejamento de longo prazo para conservação e uso racional da água. Logo de cara nós poderemos enxergar o gráfico de um, é um *template* de execução da prioridade. Você olha a prioridade, você olha as metas que estão associadas. Você pode colocar se está vermelho, se está amarelo, se avançou, não avançou em relação a cada uma das metas. E tem uma pontuação associada também, e de cara a partir

disso nós conseguimos ter um gráfico de evolução da prioridade como um todo, e a partir disso, fazemos uma análise situacional dessa prioridade, sendo que dentro das prioridades nós temos metas. Então para cada uma das metas nós teremos associado uma ficha de acompanhamento dessa meta, análise situacional, o que avançou, o que não avançou, os recursos. Nós fizemos uma interface também com os ODSs, e depois eu vou mostrar como é que estamos pensando dessa ficha online. E aí depois você tem essas informações gerais na meta, você abre o gráfico da meta, e aí no gráfico você de cada meta, você tem um conjunto de etapas, uma relação de prazos associados. E até o cumprimento ou não desses prazos geram uma pontuação que vai facilitar a avaliação da câmara técnica depois. Então para cada meta também nós teremos um gráfico de evolução dela. E por último o item final daquele quadro, é a própria evolução do Plano Nacional de Recursos Hídricos, dessas metas como um todo. Por exemplo, em 2007 nós temos a expectativa de cumprir seis. As expectativas e depois o que foi alcançado, e isso vai aparecer em um gráfico, tudo isso disponível lá no site do conselho, o mais breve o possível, assim que o site estiver no ar. Aí eu queria mostrar também a forma como estamos criando um banco de dados, lembrando que tudo é muito artesanal, porque nós não quisemos arriscar buscar criar sistema. Sendo que nós já tínhamos uma metodologia proposta pelo consultor, e nós tentamos fazer internamente alguma coisa para ser um piloto. Pode não ser o melhor, mas pelo menos nós conseguimos testar. E para cada uma vai ter o banco de dados, onde vai ter o prazo, o executor, o parceiro, a abrangência, se vai ser bacia hidrográfica ou estado, região hidrográfica o todo, é uma meta nacional. A situação de implementação nesse caso aqui, eu tenho informações de que foram coletadas no ano passado até prestados pela ANA, em relação a meta do MMA, aí vem riscos para o avanço da meta. Eventuais riscos tem a intenção, mas não tem recurso. Falta articulação, até para identificarmos como pode ajustar, recursos, fontes, vinculação com o PPA Federal e com os ODSs, justificativa para ajuste da meta ou do prazo final. Porque eventualmente algumas das metas, ouve pelos executores o pedido de algum ajuste de tempo, de prazo, e tem que constar aqui, porque esse ajuste, qual a justificativa. Aqui você vai ter também o cronograma e a evolução pelo gráfico. E por último eu queria mostrar aqui, que eu trabalhei com a estagiária em um formulário Google Docs. Para fazer essa segunda coleta, porque o ano passado nós fizemos uma primeira coleta de informações. E agora a estamos fazendo uma segunda para atualizar do ano passado e complementar informações que não apareceram no ano passado. E pensamos esse formulário, por que está sendo feito tudo lá internamente. Então no formulário você vai ter o nome da prioridade, endereço por e-mail, que temos que colocar se não conseguimos avançar. Então tá avancei, e dentro daquela prioridade eu vou escolher a meta, eu vou na meta tal. E aí você vai para a próxima, aí na próxima você vai identificar a abrangência geográfica da meta. Você vai para a próxima, quais são os executores, aí você tem aqui os principais, mas poderão ser outros também que a pessoa poderá preencher, e os parceiros interlocutores. A pergunta, a meta tem vinculação com PPA Federal? Sim. Não. Empate. Qual o programa e o objetivo do PPA? Informe a situação de implementação da meta. Aqui 5 linhas para a pessoa dizer o que que foi feito, contratou consultoria, andou, fez seminário, contratou profissionais, comprou rede, comprou um

equipamento. Informe eventuais riscos de não execução. Hoje nós trabalhamos sob orientação do TCU, com a identificação de riscos. Então sempre temos que estar visualizando o que que pode acontecer, que pode no final fazer com que a meta não se conclua. Os recursos financeiros previstos, a previsão de conclusão, se tem a necessidade de ajuste na meta, se caso tenha qual? Justifique. Contribuições para ODS, e aí nós colocamos aqui no OSS 6, por exemplo, que é o mais associado a nossa área, tem 6 metas. Então essa meta contribui para o 4.3 na percepção da pessoa. Aí vem contribuições para outros ODSs. Nós entramos nos outros 17 ODSs que às vezes não tratam diretamente de recursos hídricos, mas contribuem para o ODS. E aí depois a pessoa se identifica a instituição, o carro. Então a próxima coleta de informações que nós vamos mandar para esses órgãos, e inclusive para nós câmaras técnicas. Vai ser na segunda quinzena de maio, para até a primeira quinzena de janeiro nós termos essas informações. Fazer um refinamento, uma compilação. Poder repassar esses dados para a Agência Nacional de Aguas. Poder também, a partir de um relatório de implementação, fazer uma reunião de avaliação da câmara técnica de execução. Porque a câmara tem essa atribuição de ano a ano avaliar essa execução. E aí é dessa forma que nós estamos pensando o monitoramento, em princípio de uma forma bem interna, artesanal. Mas eu acho que se conseguirmos ir aos poucos melhorando esse sistema, nós podemos melhorar, ampliar e usar ferramentas mais efetivas. E é isso, depois eu vou falar de uma outra meta mais específica, aí eu me coloco a disposição para qualquer dúvida, sugestão. Principalmente para aprimoramento disso.

**O SR. DANIEL MARTINELLI DUARTE (SRHQ/MMA)** – É possível colocar essa pesquisa no portal?

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – A ideia é colocar no portal sim. Vai ter um cantinho lá no portal que o PNRH. Então todo o histórico, todo esse material que nós temos de resoluções de reuniões, de seminários, tudo vai tá lá nesse portal.

**O SR. RICARDO LUIZ MANGABEIRA (CERHI/SP/RJ)** – A título de aprimoramento desse formulário, talvez seria interessante apontar qual é o prazo que está sendo analisado de execução. Você disse que a resposta vai ser dada até maio de 2018. Então um avaliador está dando resposta, então 16, 17 e 18 até a metade de 18. Acho que seria interessante deixar claro para quem está respondendo qual o período...

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Como no ano passado já fizemos uma primeira coleta, então já fizemos essa execução e acho que seria a partir dessas informações que foram prestadas no ano passado até junho de 2018. Mas você tem toda a razão. Ótima contribuição.

**O SR. RICARDO LUIZ MANGABEIRA (CERHI/SP/RJ)** – É porque essa pergunta vai surgir. A pessoa que está respondendo vai querer saber se é até a metade? Até o final de 2017?

**A SRª. LUCIANA APARECIDA Z. DE ANDRADE (ANA/MMA)** – Outra dúvida. Então é esse questionário vai alimentar aquele banco de dados que você mostrou no Excel? É isso? E aí vai gerar todos aqueles gráficos de acompanhamento e de evolução? Entendi.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Eu tenho uma dúvida Adriana. Esse formulário é para ser respondido pelos executores? Então obviamente tem alguma senha, alguma coisa né? Porque se o link aparecer aí.

**A SRª. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Vai ser sim, senha para executores. E à medida que essas informações forem prestadas, elas já estarão lá no site. E aí você vai ter outro acesso, que é o acesso do usuário, do interessado para acompanhar essas informações.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Se for o Google nós conseguimos voltar neles para fazer correção da informação que foi colocada?

**A SRª. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Consegue. Vai ter que ter sempre aquela análise.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Porque o que acontece. Quando você entra, porque eu já tive essa dificuldade, quando você entra ali, você não consegue visualizar a resposta que você deu antes. Como é que isso vai se resolvido, por exemplo, se quiser corrigir, alterar e imprimir para ver o que realmente você respondeu?

**A SRª. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – O formulário do Google eu quero colocar um campo, porque o que foi respondido antes foi a análise situacional, e antes de a pessoa responder eu quero colocar um campo do que estava escrito ano passado, para ela ler e poder responder, sei lá evoluiu isso, andou isso, caminhou isso, isso aqui é um pouco inspirado no SIOP, que é o sistema uqe prestamos informações do PPA.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Certo, mais a minha dúvida é realmente do Google mesmo sabe? Porque eu



preenchi, mas eu acho que eu digitei errado, Eu estou corrigindo, eu posso voltar outro dia e chegar na mesma resposta? Essa é uma pergunta importante.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Eu acho que dentro do prazo, pelo menos os formulários que eu preencho por ai, dentro do prazo estipulado, você pode ir preenchendo aos pouquinhos, preenche e salva, no outro dia você volta e corrige, eu acho que isso é viável. Mas eu vou ver com os técnicos da informática.

**O SR. RICARDO LUIZ MANGABEIRA (CERHI/SP/RJ)** – Talvez uma alternativa para driblar essa situação de você conseguir visualizar todas as perguntas que você precisa responder, seria encaminhar o questionário em PDF para a pessoa ter uma visualização de todas as perguntas que precisam ser respondidas, e junto o link para responder.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – É. Um ofício explicando.

**O SR. RICARDO LUIZ MANGABEIRA (CERHI/SP/RJ)** – Porque realmente o Google formulário, ele tem essa limitação, uma vez que você começa a preencher, você não consegue voltar, você tem que fazer um novo preenchimento dessas nove páginas. Então uma estratégia para você alertar o executor de todas as perguntas. Ou você encaminha uma imagem, um PDF de todas as perguntas que vão ser solicitadas.

**A SR<sup>a</sup> JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Eu acho que pode ser até em um Word, porque já abre, preenche ali em Word, depois só recorta e cola no formulário.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Então isso aí. Está na fase de desenvolvimento, a ideia que em junho esse portal também já seja lançado e já vá com esse material. Vai ter ajustes, claro. Essa parte nós teremos total controle para mexer, ajustar, corrigir. Então, a medida em que fomos usando o sistema, o que tiver que ser atualizado, nós vamos atualizando, ajustando. É isso que eu tenho que combinar com vocês também. Porque tem que estar muito associado ao conjuntura. Outro dia encontrei o Alexandre e perguntei qual é o prazo que eu tenho que ter para mandar as informações para o conjuntura. Então o ideal é receber as informações, a Câmara analisar e depois mandar para o conjuntura. Porque responderia aquela coisa da análise crítica do que foi apresentado. Porque uma análise crítica, o MMA vai fazer análise crítica, eu acho que o único que poderia fazer mesmo seria câmara. E faz parte do papel da câmara essa avaliação da execução. Então essa questão dos

prazos, o Alexandre me falou muito por alto, mas depois eu vou entrar em contato para fazer uma de trás para frente, para podermos...

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Seria interessante se até a tarde você conseguisse esses prazos para já irmos amadurecendo, refletindo.

**A SRª. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Eu até mando um e-mail para o Alexandre e dou um retorno, falar que conversei a respeito na câmara e tudo e aí depois...

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – Talvez nós possamos entrar nesse processo aí com aquela mesma estratégia de ontem de reuniões por vídeo conferência para fazer alguma dessas análises. Porque nós começamos a perceber que tem uma demanda de pessoas muito grande de encontros na câmara e fica sempre complicado fazermos de forma presencial. E outra coisa que está muito interessante, como é que vocês estão pensando também na questão de interação com os estados? Principalmente em bacias como, por exemplo, a de São Francisco? Porque você tem uma governança da calha do São Francisco, e algumas alguns rios. E é muito importante para o funcionamento do São Francisco como um todo o que a Bahia faz, o que Minas Gerais faz, o que os outros estados estão mais lá em baixo do Rio. E agora nós vamos ter outros parceiros da bacia, nós temos a possibilidade do Ceará, da Paraíba, Rio Grande do Norte. Também me dá um pouco de medo. Eu vi outro dia um programa, acho que foi globo rural, o pessoal falando da transposição, e já vendo algumas demandas de pessoas que não estão contempladas por mais água. E esse compromisso que os estados têm em fazer funcionar a transposição, questão de cobrança, tem uma serie de coisas que não estão sendo acompanhadas dentro do processo. Que além da construção da infraestrutura outros elementos importantes para que ela possa de fato funcionar. O meu medo é que possamos ter uma crescente necessidade de água por parte daqueles que têm muita dificuldade na região, mas que não foram contemplados. E isso aí vai requerer muita interação entre os diversos estados, e não criar nesses outros estados uma expectativa de que, falando uma linguagem simples nós temos um conjunto de canais que podem aduzir 126 e 127 metros cúbicos por segundo. E normalmente vai traduzindo 26 e 27, só em casos especiais. Então você tem uma obra hidráulica com a capacidade bem superior as vazões do cotidiano, o que fazem as pessoas que estão à margem do canal sem ter muita consciência do que é o processo criarem uma expectativa, uma ilusão de que o rio São Francisco tem água para ficar mantendo esse canal cheio o tempo todo, e não tem. 126 é quase um terço da capacidade outorgável do Rio. Eu não posso exportar um terço da água do São Francisco. O que se pensa em exportar essa água é quando Sobradinho tiver transbordando, situações muito cheias. E aí você tem condições de mandar mais água para poder compensar questões de evaporação, umas coisas assim. E assim, sobradinho não chega no meio tem alguns anos. Ontem

mesmo deve ter tido uma reunião, toda segunda-feira tem, eu estava em viagem e não pude participar. Então assim, eu acho que uma interação forçaria um pouco os estados a estarem fazendo seus trabalhos e disponibilizando um pouco essas informações. Porque, para um caso como o São Francisco, essa interação é fundamental. Nós não conseguiríamos fazer uma boa interação da bacia sem uma possibilidade dos Estados conhecerem o que um está fazendo, o que o outro está fazendo. Nós temos um muito a fazer, estamos investindo, já aprovamos três planos e agora mais um direito licenciando. Está sendo feita uma licitação, bem provavelmente está saindo agora, já era para ter saído de duas grandes bacias a margem esquerda, que são do grande e do corrente. E acho que a Bahia já tá querendo complementar cobrança. Então tem alguns avanços que temos que conseguido, mas é importante que o sistema seja percebido como um todo. Porque se não, vamos ter muita dificuldade no São Francisco. Então eu acho um diálogo, pelo menos eu vou começar por esse, eu sei que vocês estão com um processo inicial, estão montando toda a estrutura. Mas assim alguns avanços, mesmo que é bem simples, para que os estados possam também pensar de uma maneira que seja fácil esse diálogo e esse sistema de informação seja fácil né.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Isso aqui está dentro de uma meta nossa que é disponibilizar esse sistema de gerenciamento do plano para o SINGRE e a sociedade até 2018. Como a ideia é que nesse ano nós trabalhemos com esses públicos, esses principais executores, e que no ano que vem nós desçamos isso para os estados, muito em diálogo com o pessoal da ANA que trabalha com o Pro gestão, que tem metas que implicam no plano. E às vezes o próprio Pro gestão, pode ser um instrumento de para estimular que os estados se comprometam com essas metas. Então é a ideia é no próximo passo, ano que vem. Que esse monitoramento já traga as informações dos Estados. Agora tem umas metas específicas assim, que já envolvem os estados diretamente assim, porque, por exemplo, a meta é da ANA, mas ele não faria sem os estados, que é o CNAA. Então você consegue trazer essas informações, quem tem que retornar a informação é a ANA, mas ela vai ter que se articular com o estado. A meta é do MMA, mas ela não faz sem conversar com o MME, MA. Então esses principais são só os catalizadores, mas nós queremos ouvir os estados sim. E outra coisa, que eu lembrei de uma ação bem específica, e ficou até meio genérica essa meta, promover ações de revitalização para as bacias do São Francisco, do Parnaíba e do Doce. Então foram definidas três bacias para focar na revitalização, cada um por sua situação e peculiaridade. O que estamos começando aqui no Ministério é um trabalho de sentar com as instituições que tem ações nessas bacias, tanto aqui no MMA como no CODEVASP e como EMBRAPA, como ações de revitalização para fazermos um mapeamento dessas ações, tentar até georeferenciar, porque está dito, promover ações, mas em muitas ações sendo promovidas e ninguém está enxergando, porque elas são muito dispersas, capitalizadas, Os próprios órgãos federais também não estão se dialogando. Então nós já fizemos até uma conversa com a EMBRAPA eles acharam muito interessante fazer esse levantamento, aí sugeriram que fosse georeferenciado. Então o nosso exercício agora vai ser esse levantamento de ações, para essas

bacias, tanto do que é realizado como do que foi previsto para os próximos anos. Outra meta interessante que vai exigir a participação do comitê de bacia de domínio da União. É propor o enquadramento de todas as bacias Hidrográficas federais, da União, onde há a cobrança implantada, ou seja, se tem cobrança, qual é a justificativa para você não desenvolver os demais instrumentos? Então nós quisemos associar dessa forma, coma cobrança. E aí conversando com a ANA, que tem um papel nessa meta, o rapaz me falou alguns estão em andamento, outros não estão, mas tem que ter uma convocatória. E aí nesse segundo semestre nós queremos ir nesses comitês todos fazer, essa mobilização junto com a ANA para ver como é que conseguimos avançar nessas propostas de enquadramento. Isso nós estamos conversando com o Célio da Agência Nacional de Aguas. Então é isso, MMA buscando cumprir suas metas, a ANA também, e as metas tem uma interferência no próprio desenvolvimento da política.

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – Sim Adriana, eu acho interessante. O que eu acho que talvez eu não tenha conseguido chamar bem a atenção é o seguinte, são os estados desenvolvendo o seu sistema de acompanhamento.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – E isso é uma meta nossa.

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – Então assim, depois que alguns começam a desenvolver seu sistema e dialogar com outros para mudar essas coisas é muito complicado. Então começarmos, já temos alguns diálogos, identificar quem são as pessoas desse sistema de informação de lá. Já começar a trocar algumas ideias, porque se não elas vão começar a desenvolver coisa se eu vejo lá, quando elas querem desenvolver um negócio é uma confusão danada, não tem dinheiro, é aquela fila muito grande.

**A SR<sup>a</sup> JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Deixa-me ver se eu entendi bem essa proposta do Bruno. A tua proposta é que nesse formulário os estados também pudessem responder. É isso? E aí o pensamento Adriana é de que essa resposta, ela já vem por um Executor que é aquele principal após conversar com os demais, ou talvez fosse o caso de cada um dos executores daquela meta independente fazer em suas respostas para depois serem compiladas? Qual é a ideia?

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – A minha preocupação maior agora embora isso seja uma coisa bastante interessante e necessária. Mas o que eu falo é o seguinte, nós vamos precisar desenvolver um sistema a qualquer momento, que faça esse mesmo tipo de papel com as bacias estaduais, com seus planos, suas implementações. Minas também deve ter lá, o seu sistema de acompanhar. Esse sistema de acompanhamento é concebido pelos Estados cada um de um jeito. Então se nós pudermos começara ter um diálogo, que

possa ter uma integração da forma como serão desenvolvidos esses sistemas  
nós vamos evitar confusões, desgastes que devem acontecer. Porque com isso  
nós éramos uma facilidade de migrar informações.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Mas  
nós temos uma meta, que é de estabelecer essa diretriz. Então na verdade o  
que precisamos fazer, portanto é estabelecer o nosso modus operandis, quer  
dizer, como é que nós vamos trabalhar isso? Como é que vamos estabelecer  
uma estratégia aqui na Câmara Técnica, junto com o SRHU, junto com a ANA,  
junto com os estados, que nos possamos buscar isso. Nós já temos um  
exercício muito interessante, que foi desenvolvido para o plano nacional. Eu  
acho que essa ideia, eu acho que nós podemos começar a pensar, de repente  
apresentar. Enfim fazer uma reunião conjunta, isso é possível Adriana? Nós  
termos um encontro com eles todos juntos e trazê-los aqui, é o  
acompanhamento trazê-los e ouvi-los, quer dizer, mostrar tudo que tá sendo  
pensado em termos do Plano Nacional. E colocar a meta e de repente junto  
com eles formam um grupo de trabalho pós-seminário. Onde eles poderão  
trazer essa ligação, exato.

**A SRª. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Até para o aperfeiçoamento  
desse aqui. Eu penso assim, as metas de recursos hídricos, elas devem estar  
dentro dos planos estaduais. Então vai ter que ter essa compatibilização do  
Estadual com o Nacional. Alguns planos estaduais, nós apoiamos, é muito fácil  
dialogar com os estados, pedir que eles tragam a sua experiência, ou até  
orientar que eles adotem algum tipo de monitoramento Eu acho que temos que  
pensar, eu acho que inicialmente nós poderíamos dentro da câmara técnica  
ouvir algumas experiências aí de monitoramento. Não sei se a ANA tem outros  
planos também. A ANA tem um manual operativo.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Eu  
tenho uma sugestão, a ANA tá fazendo aquele trabalho de levantamento dos  
planos estaduais. Não está? De revisão dos planos, nós poderíamos pensar, é  
a minha sugestão. Quer dizer eu estou jogando ideias aqui para vocês  
refletirem. Pode ser que eu esteja voando muito alto, mas a minha sugestão é  
pensarmos nesse seminário. Assim que tivermos as respostas desse trabalho  
que a ANA já está desenvolvendo com análise crítica dos planos estaduais.  
Nesse seminário então teríamos a apresentação dessas conclusões que a ANA  
vai tirar desse estudo. A apresentação do Plano Nacional, mais fazer esse  
seminário junto com os estados. Chamar todos os estados, que são 27. Trazer  
os 27, a câmara técnica e a ANA, um dia discutindo essas coisas e trazer um  
plano de trabalho junto com estados para colhermos subsídios para  
estabelecer essas diretrizes de uma forma bem participativa em função das  
diferentes realidades que cada estado apresenta. É uma sugestão.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Para o monitoramento da implementação. Diretrizes para monitoramento e avaliação da implementação dos planos de recursos hídricos, tanto nacional e estadual, como da União em princípio. Porque os de bacia da união são os Estados que...

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Eu queria sugerir para o povo, um dos documentos que foi apresentado aqui Adriana, a questão de definição da área de restrição. área de prioridade número de 3. Isso implica em uma sequencia de prioridades, se ela tá em primeiro plano, segundo.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Não. Na verdade os prazos são os finais, mas eu vou falar sobre uma proposta para essa discussão.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Para subsidiar a sua fala eu vou contar para vocês que nós estamos participando de revisão de plano de algumas discussões. E inauguramos uma coisa que está na Lei 9433, desde que ela foi aprovada. Só que quase nenhum plano de bacia nesses anos todos, se deu prioridade essa questão de área de restrição, coisas que debatemos aqui em uma reunião com o Paraguai. Quer dizer, não foi invenção da cabeça de ninguém, foi uma coisa que estava ali. Agora nós estamos, nós comitês que participamos estamos implementando essa mudança nas revisões de planos e até na discussão sobre os planos que estamos fazendo nos comitês. Isso é uma orientação nossa. Agora mesmo nós estamos em um GT que está discutindo a definição de área de prioridades e área de restrição em plano de bacia em Minas Gerais. Na CTPLAN de lá. Mas isso está dando uma fricção, está cutucando a emoção das cadeiras das pessoas. Mas nós não estamos falando nada de mais do que cumprir a lei, curiosamente quem deveria mais cumprir a lei que é o setor de estado. ele fica com seus grupos corporativos se protegendo e atrapalhando esse negócio. Mas em Minas Gerais nós estamos avançando ainda que com certa dificuldade. Mas eu penso que esse tipo de situação tem que ser levado a sério dentro do Conselho Nacional. Porque nós estamos discutindo a questão do setor elétrico já foi discutida e debatida no Paranaíba. Eu não sou filiado a nenhum partido, mas temos que olhar isso com muito carinho. Porque isso vai gerar de fato implicações concretas na vida de quem está nos colegiados e da eficácia do próprio instrumento. Porque como o sistema é assim mesmo, estatal essa questão do controle social se dá em cima de uma resistência, não em cima de uma negociação. Porque como nós sempre fomos minoria, nós é que temos interesse em ter esse instrumento aperfeiçoado nessa linha, ninguém nunca fez questão de discutir isso, mas felizmente o conselho de Minas já criou o GT para fazer isso, nós estamos fazendo isso com muita dificuldade. Acho que essa dificuldade deveria ser minimizada, por uma diretriz mais robusta, como costume dizer no sistema. Essa palavra robusta, eu vil ouvir dentro da questão da água. É coisa antiga não é? Mas agora eu to

usando ela. Não deixa ela morrer não, porque ela é boa. Aí eu estou querendo ver se aquela meta sabe? Seja priorizada viu Adriana.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Nós estamos com essa intenção sim.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Mas antes de eu deixar você falar, o problema está colocado, é um problema no Parnaíba. Um problema de todos os comitês. Que é definir a área de restrição e a área de prioridades. Então quem sabe tenhamos uma diretriz aqui, que é para evitar um trabalho que estamos tendo, que é voluntário. Esses pareceres dão muito trabalho e não ganhamos para fazer isso. Não temos muito apoio e é uma coisa séria né? Porque tem um plano de bacias que não define essas coisas, mesmo que a lei pede. Está aí um exemplo da última reunião aqui, então eu queria ver isso.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Antes de eu entrar nesse assunto eu só queria finalizar com dois informes. Foi contratado um consultor e estamos na fase já da reunião de partida, para propor um marco lógico, e uma estratégia para a elaboração do plano, que vai vigorar a partir de 2021. Então os trabalhos de elaboração nós imaginamos que será em 2019 e 2020, lá dentro do conselho mesmo. O processo mesmo aberto seria em 2019. Então a ideia desse consultor seria propor para nós, câmara técnica, um passo a passo. Olha, é interessante começar por isso. tem que levar em consideração essa resolução. Isso vai ser revogado em função do novo plano. Então que ele faça essa análise institucional de todas as resoluções, tudo o que tem rebatimento no plano, e se há uma mudança? O que revoga? Qual vai ser o prazo desse novo plano? que ele proponha coisas do tipo, quais os estudos necessários para termos esse novo plano? Porque ainda que estes estudos sejam bem, que queiramos coisas pontuais, porque não tem recurso. Nós já temos muita informação, então a ideia não é sair levantando mais informação. Mas um estudo de cenários, por exemplo, eu acho que é necessário para você pensar esse novo plano. E uma coisa interessante que ele vai fazer, é que ele vai olhar pelo menos cinco planos de recursos hídricos de outros países, para trazer um pouco de colaborações, inovações que ele enxergar nesses planos para o plano nacional. E também vai buscar fazer a interface do Plano Nacional de recursos hídricos com 4 planos setoriais. Que é hidroviário, energia, saneamento, saneamento hidroviário e irrigação. E também com Plano Nacional de infraestrutura hídrica. Foi isso que encomendamos, ele vai ter seis meses de trabalho. O nome do consultor é Antônio Eduardo Leão Lana, eu acho que é um cara que já tem bastante experiência no o assunto, participou do primeiro processo, conhece bastante de cenários. Então acho que foi uma boa seleção. E a outra consultoria também que tá em fase de contratação, é uma pessoa especialista em comunicação, que vai propor uma estratégia de comunicação para o PNRH. Já a partir da desse semestre, mas também muito focado para este processo de revisão, e aí em breve vai estar conosco. Assim

que eles apresentarem suas primeiras propostas, eles viram a câmara técnica para colher contribuições. Tá bom? Alguma informação mais?

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Não só um rebatimento das discussões que aconteceram aqui na semana passada, com aquele seminário de segurança de barragens e depois a reunião da CETAP, da importância no momento de construção desse novo plano que sejam reunidos um a um, cada um dos Ministérios. Para que sejam realmente trazidas e colocadas as informações dos seus planos setoriais. Porque ficou muito claro na reunião da CETAP da importância do nosso papel aqui de identificarmos possíveis tensões, possíveis conflitos em função dos diferentes usos. Que dizer, a consequência de uso sobre o outro. Porque inclusive teve colegas até preocupados, mas o nosso setor precisa planejar. Óbvio né. O planejamento faz parte, ele é extremamente importante. É ele que vai nos dar. Então o planejamento de cada setor, é fundamental que ele venha para fazer o diálogo. Onde identificarmos possibilidades de dificuldades entre os diferentes setores, é um local de conversa é aqui o da própria construção do plano né. Isso tem outro rebatimento que eu acho assim absolutamente importante, que é a consideração seguinte, muitas das ações não são apenas em bacias da União. Mas sim nas bacias estaduais, quer dizer essa preocupação, ela é extremamente grande se o plano nacional tem algum planejamento de infraestrutura, essa infraestrutura com certeza tem rebatimento nos estaduais. Então isso também vem da discussão das prioridades, que eu acho que isso tem que ficar muito claro. Que é o seguinte, as bacias da União e todo o uso das bacias federais, elas são muito nas calhas, mas as águas que estão indo para calhas são águas estaduais. E qualquer plano estadual que não esteja conversando com o plano de outra bacia, não tiver essa conversa o conflito vai se instalar. Então existe a necessidade sim de que exista esse diálogo. Entre as bacias estaduais e as bacias federais. Então o próprio comentário foi feito aqui com relação ao enquadramento, essa preocupação é extremamente grande. Quer dizer, se faz o enquadramento de uma bacia federal, sem a respectiva conversa com os enquadramentos estaduais. Isso já está morto, já nasce morto, é natimorto. Então essas preocupações, eu acho que elas têm que ser observadas. E acho que tem que ser uma preocupação em toda construção do nosso plano nacional. E quando nós trabalharmos as diretrizes de acompanhamento das metas dos planos, e a própria discussão da nossa minuta para discussão das prioridades.

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – Nessa linha o plano do São Francisco, ele propõe um pacto pelas águas da bacia do São Francisco. E isso então, cria essa necessidade desse dialogo e por isso a minha preocupação também quando você falou antes. Agora sim uma sugestão, porque eu queria saber como vocês estão pensando nessa questão de projeções, de prognósticos, de cenários futuros. De demanda só, eu acho que também é interessante pensar em cenários futuros de processos administrativos em torno da água. Também são envolvidos com isso?



**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Os cenários do Plano, hoje existentes. Eles tratam desses aspectos. Por exemplo, se melhorar a gestão, se não melhorar a gestão. E quais as preocupações.

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – Não. Porque muitos planos estaduais têm só cenários de demandas. Não tem esses aspectos que são importantíssimos.

**O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (Conselho Estadual do Espírito Santo)** – Tentar acrescentar aqui a fala da Bahia. Que é uma preocupação boa. Nós estamos vivenciando um momento de experimentar a ferramenta, de acompanhamento, monitoramento sim. E eu tenho aqui no meu dedo o Pro gestão, o Pro gestão versão 2, o Pro comitês, que não foi citado aqui, mas que também tem as suas fichas de acompanhamento. Achei incrível de poder ter de uma maneira mais tátil uma avaliação da implementação do plano por meio gráfico. Isso é excelente. Entretanto, e essa talvez seja uma das preocupações nossas, um dos focos que temos que dar ao Conjunturas. A quantidade de ferramentas e condições de serem elaboradas pela ANA, pelo Ministério, é diferente da capacidade que os estados tem. E o medo que eu tenho, se essa câmara técnica por exemplo, não conseguir fazer uma avaliação comparativa, conjunta dessa quantidade de monitores. Nós estamos muito mais nos estados informando dados, para que isso tenha uma única identidade nacional, do que informando gestão. Com a identidade da Bahia, São Paulo. A minha ideia como uma proposta para acrescentar o que foi colocado anteriormente, é que possamos antes de fazer um seminário com os estados, que possamos ter primeiro uma condição de avaliar o que está em sobreposição. Porque eu vejo uma identidade desses formulários que foram apresentados aqui, muito parecido com o que é aplicado pela ANA. De repente nós já temos uma sinergia que é positiva e podemos aproveitar isso e tirar etapas desse processo. E olhando assim no fluxo contrário, que é de uma sensibilidade muito grande. Nós nos vemos lá alimentando um relatório de conjuntura, mas quando nós, e essa avaliação inicial que eu fiz, nós contribuimos com o Conjunturas desde sempre, mudou o formato, acho que ficou muito melhor. Nós estamos evoluído nisso, mas sentimos uma forma da identidade, da gestão com uma sensibilidade maior, do que acontece estado a estado. E é justamente pela interlocução e interação entre os estados, que a gestão no âmbito estadual. Com a nossa dominalidade, evoluísse, é muito menos, é muito menos com a experiência própria, é muito menos com a interlocução com a ANA, que tem os seus problemas de outra grandeza. Então eu acho que precisamos fazer esse fluxo contrário, não só informar, mas conseguir ter as nossas ferramentas de avaliação. Porque eu acho que iremos contribuir muito mais ricamente, para relatórios nacionais e o plano.

**A SR<sup>a</sup> JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Mas Antônio, eu acho que é esse o espírito mesmo. A minha sugestão quando eu falei do seminário é justamente trazer todas essas... Esse seminário não é só

mostrar, é que ele seja proativo de os estados trazerem as coisas para cá. Porque eu acho assim, claro a apresentação do estudo já realizado, mas a presença deles não é só para receber. Ao contrário, é muito mais proativo dos estados para trazer para cá, porque como é que nós vamos discutir qualquer coisa, para colocar diretriz para os próprios estados, se não soubermos a realidade deles, como é que vamos trabalhar isso? Nós temos só que sistematizar aquilo que os estados de uma certa forma podem propor e ajustar, fazer ajustes, enfim. Fazer o casamento, a consolidação. Mas eu acho que precisamos sim trazê-los para ouvi-los por conta disso, das especificidades da cada um que vem. Essa foi assim, a linha do meu raciocínio, não sei se eu tinha feito me entender. João quer falar?

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Eu acho que então já como encaminhamento para essa meta nós podemos pensar já na realização desse seminário sem pensar em prazo ainda, porque eu acho que vale a pena sistematizar essas informações que foram colocadas, vocês contribuírem. Acho que é legal realmente conhecermos o sistemas de informações, Pro gestão. São Paulo tem também, pró comitês, e aí tentar buscar a sinergia entre os diversos sistemas. Porque ninguém quer que no estado a pessoa responda trezentos sistemas de informação e viva só na medida de conseguir a sinergia. E eu acho que a intenção é essa. E como é papel dessa câmara técnica propor as diretrizes, então é esse o local de dialogarmos.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Eu queria propor que a partir do nosso seminário de barragens. Nós redimensionássemos nos planos de bacias o papel e a importância das barragens, seja ela de que tipo for. Isso foi falado aqui a pouco, né Adriana. Mas eu acho que isso caberia uma etinização, mais evidente, não ser uma coisa assim, meio subalterna. Algo que fique fora das metas e dos itens que temos que observar nos planos de bacias. Eu acho que aquela resolução que diz respeito aos planos de bacias, ela deveria ser reformulada levando em conta essa situação que vimos. Então eu queria pedir e já colocar como prioridade a reformulação dessa, alias isso já está para fazer. Isso tem essa proposta, mas penso que dado a seriedade do que estamos convivendo com um problema que vai gerar muitos riscos, inclusive de vida para as pessoas. Nós já deveríamos regulamentar isso como fato importante nos planos de bacias.

**A SR<sup>a</sup> JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Então eu vou aproveitar para fazer uma propaganda, na verdade não. Estou brincando, não é propaganda, mas a questão dessa sinergia para análise e para planejamento. nós temos nos debruçado a muitos anos nesse tema, no tema de trabalho, de pesquisa e etc. E nós tivemos uma parte da evolução desse pensamento, nós consolidamos em um livro chamado seleção ambiental de barragens. Esse livro é metodológico, esse é um livro que propõe algumas metodologias para essas análises mais integradas nas bacias. Na verdade ele

está esgotado, eu trouxe um volume para deixa com a Adriana. E nós vamos reedita-lo, atualizando as informações do primeiro capítulo, onde na época ele foi publicado em 2005. Então na época não havia toda essa nova legislação, então os dados de numero de barragens, estas coisas, estão todos falidos. Eu estou fazendo uma revisão desse primeiro capítulo para atualiza-lo e nós vamos colocar também um capítulo final que da uma noticia da evolução das metodologias, que vai ser o assunto de um livro dois. Então nesse primeiro capítulo que eu estou reformulando, nós propomos aquela época já em 2005, uma alteração de roteiro para projetos de barragens. Porque a grande preocupação do impacto das barragens, não só na parte operacional, a parte de quanto que aumenta a disponibilidade? Quais são os benefícios que pode trazer? E nas metodologias propostas, a identificação de impactos positivos e negativos. Obviamente que aqui é só um pedaço, nós temos outras evoluções dessas metodologias e elas se completam com outras já existentes. É que nós propusemos na época que o plano de bacia contivesse o conjunto das barragens e elas fossem analisadas no plano sinergicamente. Então o processo de licenciamento seria em uma etapa posterior, porque o processo de licenciamento diz respeito a impactos da obra de uma barragem. E muitas vezes nesse estudo não contempla a sinergia do conjunto dessas barragens. E aí o que acontece, os conflitos se geram já em um momento de projeto e os investimentos já foram absurdamente maiores, porque o estudo de viabilidade é um estudo que tem outros parâmetros de custo bastante diferenciados, do que fazer um arranjo de plano de bacia. Então na época nós já propusemos aqui sim trabalhar em termos de planos de bacia, que se tivesse uma visão geral nos planos. Por isso que eu coloquei a importância do plano nacional nessa construção ter esse olhar da infraestrutura, que foi inclusive o que discutimos também lá na CETAP. Eu acho que se tivermos a ideia de qual é o plano isso tudo vai para a bacia, e aí os cenários sim podem contemplar essa sinergia, com essa barragem, sem essa barragem, ou com cinco barragens, ou dez barragens. O que acontece, que o livro 2 trata muito disso, de fazer esses cenários, inclusive da parte ambiental, da fragmentação dos trechos e etc. Então eu vou deixar com a Adriana, mas é só para lembrar que essa visão não é de hoje, é uma visão bem antiga, de longa data e muito pouco observada. Nós vemos de vez em quando algum debate, alguma coisa. Mas não adianta gente, a bacia é uma só, a água é uma só. E ela passa pelos diferentes reservatórios, passa pelos diferentes consumos, aquele que consome lá em baixo, tem outorga lá em baixo? Ele está impedido o de lá de cima usar. Se o lá de cima usar sem ter a outorga, vai tirar a água lá de baixo, conflitos que trouxeram alguns debates aqui para o conselho discutir. Então é obvio que isso não é uma coisa fácil, não é trivial. Não é uma coisa que, isso aqui nós ja vamos resolver e vamos fazer assim. Nós temos que achar esses caminhos, talvez até escolher uma bacia para trabalhar e treinar isso. Eu acho que o São Francisco está muito avançado, nessa parte de sinergia se conversam, mas eu acho que isso é importante colocar. Então eu acho que isso é um conceito que tem que ser incorporado. Na minha visão de pesquisadora nessa área de ter tido integração com órgãos gestores e em comitês de bacias, desenvolvido esses conceitos dentro das bacias que tivemos a oportunidade de trabalhar em parceria. Então era isso que eu queria colocar.

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – Lá na Bahia, nós falamos assim, de hoje. E de hoje é uma coisa de muito tempo dependendo da maneira como você fala. Nós temos percebido que o sistema de gestão está se defrontando com novos tipos de problemas, antes era mais uma questão da disputa mesmo, uma quantidade limitada de água, e o interesse de demanda cada vez evoluindo mais. Mas nós começamos ter necessidade de fazer gestão em bacias que o problema não é nem falta de água, então essa questão de concepção e desenvolvimento em uma região é quem serve de plano de fundo para esse processo. Mas tem uma outra questão que eu acho delicada. E eu vim ontem lendo o documento enquanto o sono não me derrubou, lembra aquele documento que foi apresentado aqui? Esse desafio da questão ambiental. Então essa forma de fazer uma gestão da água com a preocupação ambiental cresce cada vez mais. E aí temos algumas dificuldades para isso, uma das dificuldades, por exemplo, uma facilidade, pelo menos o que eu vejo com o conhecimento que temos em nossa região. Quais são as áreas importantes de recarga, então o que eu demando do setor ambiental, para poder produzir água? E isso nós temos um conhecimento já razoável, pelo menos em um nível macro de escala de planejamento, e temos uma noção do que precisamos. Mas quando perguntamos assim, como eu opero, por exemplo, essa barragem para que os impactos dela sobre o meio biótico não sejam tão significativos? E aí não é só a questão de vazão mínima, eu tenho que pensar na questão da reprodução das espécies, eu tenho que pensar em uma série de outras coisas. Então quando perguntamos isso eu consigo pensar em uma série de respostas, só que o sistema não pode parar e esperar um dia em que eu tenha essa resposta, para eu poder tomar medidas que possam resolver os problemas. Então todas as vezes que precisamos que o setor ambiental nos responda de forma mais efetiva, à respeito de alguns dados que são concretos para tomarmos decisões, nós encontramos uma grande dificuldade. Então esse é um desafio realmente muito significativo para que possamos fazer uma gestão da água com uma preocupação ambiental. Nós temos dois vetores aí, um que vai se repentino ao setor ambiental, no de condição de garanti produção de água. Então, por exemplo, eu posso agregar também as outorgas, alguns condicionantes. O cara vai fazer um processo agrícola em que ele vai trabalhar em grande escala e outorga o tanto de água para ele subterrânea. Eu posso dizer que de tanto em tanto tempo vou fazer uma avaliação de seu solo. Se você estiver criando uma crosta de impermeabilização eu vou diminuir sua outorga, você está diminuindo a recarga. E fazemos um acompanhamento desse processo, para que ele possa também se preocupar em ter um manejo de solo que seja negativo, no sentido da produção da água. Mas assim, quando perguntamos coisas desse tipo, nós vemos muito na discussão do São Francisco, e as vezes vem uns argumentos assim, nós estamos vivendo uma crise, de 2012 para cá nunca caiu tão pouca água caiu no São Francisco. Então assim, a temos problemas, peixes. Tudo bem, mas a gestão dessa crise que causou isso? Ou foi a instalação de sobradinho que causou isso? Muitas questões são lançadas e nós ficamos sem respostas. A questão da infusão salina, não pode baixar de 1300. Eu não sei se vocês sabem, o nível de Sobradinho liberaram 1300, está liberando hoje 550, 550 ou 600, não sei como ficou na reunião de ontem. Se sair de 1300 vai ficar tudo salgado lá em baixo. Não pode, não pode. Tá então libera 1100 só,

929 salgou? Não. Vamos precisar baixar mais, para 1000. Vai ficar tudo salgado,  
930 baixa ou não? Baixa. Salgou? Não. E assim fomos, para tomar uma decisão,  
931 nós passávamos horas, meses discutindo e perdendo água, sem ter uma  
932 resposta segura de que aquela decisão estaria provocando ou não tal situação  
933 desconfortável. Às vezes por causa de uma cidade que se abastece do São  
934 Francisco quarenta litros por segundo, mas estão acostumados com um rio tão  
935 caudaloso. Não tinha reservatório, aí nas horas de maré cheia, você ficava com  
936 o nível sanitário desagradável. Mas e se eu captar e colocar em um  
937 reservatório, será que não resolve? Não, não tem reservatório, então por causa  
938 disso quer liberar mais 100 metros cúbicos por segundo para evitar que  
939 durante duas horas, ou quatro horas do dia eu não tenha problema de  
940 sanidade. Então assim? Essas questões ambientais nós precisamos colocar na  
941 agenda para que respondam então assim. Se você não tem resposta,  
942 infelizmente não podemos dar ações e gestão. Eu estou falando isso aqui  
943 dentro de casa. Mas é meio desconfortável dizer isso. Mas vocês precisam  
944 entender que não podemos parar o mundo, por conta de uma falta de resposta,  
945 e temos que buscar incentivar a pesquisas que possam produzir essas  
946 respostas para nós.

947  
948  
949 **A SR<sup>a</sup> JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Bruno  
950 eu acho que só corroborando com o que você está colocando, e dando aqui um  
951 retorno das discussões lá da segurança de barragem. Isso é uma preocupação  
952 muito grande, quer dizer nós temos que aprender a pensar o seguinte, nós  
953 temos essa questão do tempo da decisão, ela é extremamente importante e  
954 isso é um processo, ou seja, qual é o nosso processo? Qual é o conhecimento  
955 que nós temos hoje? Então nós tomamos a decisão com o conhecimento de  
956 hoje. Em paralelo identificamos lacunas do conhecimento, vamos estabelecer?  
957 Para isso temos a CTHidro, vamos estabelecer. Vamos fazer pesquisas, vamos  
958 trazer a área de desenvolvimento do conhecimento pra ajudar nessas  
959 questões, mas em paralelo tem que tomar as decisões. A decisão deu errado,  
960 retorna. Nós não podemos simplesmente parar tudo correndo o risco, tudo tem  
961 risco. Toda a nossa atividade tem risco, nós assumimos riscos, isso não quer  
962 dizer que você tenha que desencadear um processo condenatório, se não a  
963 civilização não tinha avançado.

964  
965  
966 **O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – São confrontos que ficamos dentro  
967 e dificulta a tomada de decisão. Por exemplo, Sobradinho, se não fosse essas  
968 regras operativas e tivesse mantido os 1300 metros cúbicos por segundo, tinha  
969 secado em 2014. Quer dizer, qualquer mapa que você olhe do Brasil, aquele  
970 lago de Sobradinho lá no meio do mapa, em escala a quantidade de água teria  
971 secado se não fosse esse critério de diminuição progressiva da barragem. Hoje  
972 nós estamos com menos de 40% e já tem gente defendendo a ideia de que  
973 estamos em uma situação confortável e vão voltar a liberar mais água. Vão  
974 começar uma estiagem agora e depois quem sabe como será o período de  
975 chuvas o ano que vem? Parece-me que as pessoas que estão tomando  
976 decisão são inimigas do meio ambiente. E isso, infelizmente o setor ambiental  
977 não consegue dar uma resposta que precisaríamos, e nós percebemos muito a

diferença entre a capacidade de responder questões que a ANA tem, e que a área ambiental tem. E isso cria uma dificuldade de fazer uma gestão preocupada, não é que não se tenha preocupação, mas não tem a capacidade de poder atender de forma mais segura às questões ambientais, mas não podemos deixar de tomar a decisão. E isso é uma coisa que precisamos começar a mostrar ao setor, porque fica parecendo que quem está causando o mal, é quem está tomando a decisão para defender uma situação emergencial, e não para que possamos ter uma tomada de decisão mais qualificada. E isso não é o princípio da precaução na minha forma de ver.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Eu acho que fechamos esse item será?

**A SRª. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA) –** A CTPNRH, para lembrar. A outra meta é definir diretrizes para a abordagem do tema das mudanças climáticas nos planos de recursos hídricos. Isso aqui até para o final de 2018, e aí quando levantamos os dados a ANA colocou essa contribuição aqui. A meta é de responsabilidade da câmara técnica, com tudo cabe apontar que esta agenda contratou um serviço de consultoria para prover subsídios técnicos para a ANA na construção de um plano de metas, para adaptação as mudanças climáticas, no âmbito do projeto tal e tal. Seu início foi em 15 de agosto de 2017, como parte de seu escopo plano de recursos hídricos devem ser abordados, adicionalmente a ANA também contratou um consultor individual para prestação de serviço técnico de levantamento e análise de dados, relacionados aos normativos legais dos planos de recursos hídricos nos diferentes recortes. Assim como dos recursos dos planos efetivamente elaborados, propondo a revisão dos escopos, conteúdo mínimo, inter-relações com os demais recortes. Este projeto tem prazo para 13 de maio e pode trazer algum tipo de diretriz aos PRHs se o contrato anteriormente citado tiver contribuições a tempo da inserção. Então já tem um trabalho da ANA que contribuiria para a discussão da câmara técnica sobre diretrizes. E então eu não sei se já trazemos o trabalho, também nem sei se já está finalizado, se seria possível já trazer, ou se aguardamos mais um pouco.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** É o mesmo trabalho esse que eu já citei, é o dos estados, esse mesmo trabalho, esse levantamento que foi feito lá, ele vai nos subsidiar nas duas discussões. Então talvez pudéssemos construir esse diálogo a partir já da próxima, se a ANA tiver condições de já nos trazer alguma. Pois é isso eu acho que vai ter que ser para já.

**A SRª. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA) –** Agora tem outro trabalho também, tem esse dos estudos Jussara, mas tem esse também. Prover subsídios técnicos para a ANA na construção de um plano de metas para a

1026 adaptação as mudanças climáticas. Isso aqui também é mais focado, seria  
1027 outro estudo.

1028  
1029  
1030 **A SR<sup>a</sup>. LUCIANA APARECIDA Z. DE ANDRADE (ANA/MMA)** – O estudo está  
1031 no prazo, e realmente ele deve terminar em maio. Sendo em junho a próxima  
1032 reunião, nós podemos trazer, e apresentar esses resultados aí. Porque ele está  
1033 nos últimos produtos, que são os produtos mais propositivos mesmo, Os  
1034 primeiros foram mais de diagnósticos e levantamento dos normativos. E uma  
1035 avaliação conforme se os planos elaborados acompanhavam o que estava nos  
1036 normativos tantos estaduais, quanto nacional. Então podemos trazer, acho que  
1037 sendo em junho a próxima reunião, já daria para apresentar alguma coisa  
1038 dessa parte mais propositiva.

1039  
1040  
1041 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – E eu acho que a partir dessas  
1042 apresentações nós podemos começar a pensar em uma estratégia de  
1043 discussão. Ok? Ainda são quatro graus de miopia gente, eu estou vendo todos  
1044 embaçados. Passamos para o próximo Jussara? Então, o próximo tema é uma  
1045 meta do Ministério do Meio Ambiente, mas que tem muita relação com essa  
1046 câmara técnica e que demanda parceria com outras instituições também para o  
1047 seu desenvolvimento. Deixa eu pegar aqui. Então o Ministério do Meio  
1048 Ambiente tem como uma de suas metas elaborar propostas de metodologia  
1049 para a criação de áreas de uso dos recursos hídricos de uma bacia hidrográfica  
1050 piloto. Uma meta do PNRH, acho que o prazo não está aqui, mas eu acho que  
1051 tem um prazo maior, e aí eu tenho uma técnica que trabalha comigo. E eu pedi  
1052 para ela pensar como é que poderíamos partir para essa discussão, que é a  
1053 Fátima. E a Fátima propôs o desenho desse seminário como ponto de partida  
1054 para essa discussão. Então o título do seminário seria, restrição de uso dos  
1055 recursos em bacias hidrográficas críticas, ciência e prática. Aí tem os objetivos,  
1056 analisar metodologias de restrição de uso, orientações e diretrizes sobre  
1057 processo técnico ambulatoriais, analisar instrumentos e experiências da política  
1058 ambiental nas áreas de restrição de uso e atender a exigência da meta.  
1059 Envolve parceiros aqui, ela sugeriu essa data, 21 e 22 de maio, mas também  
1060 vai depender muito do nosso calendário. O seminário trataria dessas mesas,  
1061 alocação de água em períodos de escassez hídrica, com algumas  
1062 apresentações, ela é a Fátima que trabalha comigo, ela que propôs o desenho,  
1063 não pode estar aqui para apresentar e eu estou apresentando. Você conhece a  
1064 Fátima. Aí vem escassez de água e restrições de uso da água, base jurídica,  
1065 escassez de água e restrições de uso, a experiência do São Francisco e a  
1066 experiência do Cantareira. Aí depois viria uma mesa dois, a escassez de água  
1067 e os marcos regulatórios, a escassez de água e marcos regulatórios no  
1068 nordeste e no norte de Minas, a experiência da Bacia do Jaguaribe na alocação  
1069 de água em tempos de escassez hídrica. Aí viria à mesa três, os planos de  
1070 recursos hídricos e os planos de identificação de trechos para a restrição de  
1071 uso, modelagem hidrológica versus hidráulica na análise de sistemas hídricos,  
1072 uma apresentação mais de academia. Estudo de modelagem qualitativa e  
1073 quantitativa para os rios de bacias críticas, que a COBRAP propos. Estudo  
1074 para identificação de áreas sujeitas a restrição de uso que foi desenvolvida no

1075 âmbito do PRH Paraguai. Instrumentos econômicos, instrumentos econômicos  
1076 na alocação de águas em bacias críticas, participação nos comitês de bacias  
1077 nos processos de alocação. Aí entra a questão da política ambiental. Política  
1078 ambiental na definição da restrição de uso, base jurídica. Estabelecimento de  
1079 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e da recuperação da  
1080 vegetação. E o zoneamento ecológico econômico na definição de áreas de  
1081 conservação, aí o caso do Acre. E aí ela discorre sobre cada instituição, porque  
1082 o envolvimento dessas instituições específicas é uma proposta preliminar. Está  
1083 a cargo do MMA, mas nós gostaríamos muito de obter as colaborações da  
1084 câmara técnica nessa proposta. Inclusive já até ouvi se a data está adequada,  
1085 tudo. E aí eu sugiro que como é um seminário de dois dias, pode ficar para o  
1086 segundo semestre também, porque em junho tem algumas coisas. Talvez  
1087 agosto, mas eu acho que o mais importante é olharmos o conteúdo, eu na  
1088 minha avaliação ficou interessante, mas eu achei que ficou extenso e muito  
1089 conteúdo. Então as vezes valeria a pena juntar temas, ou pensar em dar foco  
1090 em alguns aspectos e outros não.

1091  
1092  
1093 **O SR. RENATO JUNIO CONSTÂNCIO (ABRAGE)** – Já correu o ano passado,  
1094 não sei se setembro ou outubro em Minas Gerais um seminário, no âmbito da  
1095 CTPLAN. E agora formou um GT, que teve uma primeira reunião, sexta-feira  
1096 passada. Teve uma reunião, foi das 9h às 17h.

1097  
1098  
1099 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Pois é. Minas era até um caso,  
1100 nós ouvimos a experiência de Minas.

1101  
1102  
1103 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Eu  
1104 vou submeter essa proposta ao nosso grupo que ajudou a montar lá e quem  
1105 sabe nós temos uma posição.

1106  
1107  
1108 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Inclusive nós até podemos abrir  
1109 espaço em uma mesa, para elas apresentarem a experiência deles, e como  
1110 eles estão discutindo isso lá. Eles o pessoal de Minas.

1111  
1112  
1113 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – O  
1114 nosso seguimento lá praticamente foi boicotado por outros para não ter esse  
1115 seminário, mas teve, nós conseguimos fazer. Então por quê? Porque não é  
1116 interessante na lógica retrógrada e atrasada do olhar econômico dos recursos  
1117 da água, que consigamos avançar nessas coisas e isso é uma necessidade  
1118 legal. Mas nós fizemos e eu vou sugerir para pegar a proposta e levar para o  
1119 pessoal que está envolvido com isso, e aí podemos avançar.

1120  
1121  
1122 **A SR<sup>a</sup> JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Eu  
1123 vejo que esse seminário ele apoia na verdade outro objetivo nosso, que é a



discussão das prioridades. Porque conforme nós conversamos ontem, as prioridades irão retornar para cá e a proposta que está colocada, eu acho que podemos pensar em ajustar algumas coisas, mas ela dá subsídios também para esse outro assunto, de modo que eu não sei se vale a pena diminuir muito. Talvez juntar alguma coisa, por que essa outra das prioridades é um gargalo, que vamos ter que contextualizar. Porque é um contexto das duas, então de cara seria uma proposta também para a CTPOAR. Trazer contribuições em função de que a nossa tarefa continua, e pode nos auxiliar. Antônio você quer falar?

**O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (Conselho Estadual do Espírito Santo)** – Uma questão conceitual. Não sei se isso vai ser pequeno em relação a conjuntura nacional. Mas ali em todos os ermos relacionados a restrição de uso tem um identificador e a adição de oferta, por questão de escassez. Mas o que nós muito nos deparamos com os nossos sistemas estaduais, é a quantidade de sistemas instalados estarem além da capacidade de suporte da função reguladora, outorgas. Que é outra questão, é crise por super demanda assim, na medida em que você vai consolidando o cadastro você vai percebendo que já existem conflitos crônicos históricos, e é algo que nos debruçamos na câmara técnica de regulação, CTPOAR. Então eu não sei se quem pensou, pensou só em questão do período de crise, de anomalias climáticas que estamos vivenciando, ou se a ideia é só trabalhar com oscilação de oferta mesmo e não demanda.

**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Eu acho que não, eu acho que está aberto também.

**A SR<sup>a</sup> JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Eu acho que é muito pertinente a tua colocação, porque o que acontece. Tem muita coisa que é da regulamentação do uso do solo que é outra política que precisa de equacionamentos criativos para aplicar os nossos sistemas de gestão. Eu acho que o Bruno colocou muito bem exemplificada a questão, a se você tiver o pé de arado, aquele muito forte, vou retirar a outorga. Quer dizer, na verdade é o instrumento, a política é de uso e conservação do solo, mas nós podemos utilizar isso dentro o processo de outorga. Lá nos anos de 92, perto de 2000, um pouco antes, nas discussões que nós tínhamos lá na bacia de Santa Maria, nós trabalhamos muito em como fazer essa implementação da outorga. E eu me lembro de que na época nós sentamos, e como a bacia é muito agrícola, nós sentamos com o pessoal da área agrícola e dissemos tá, o que é ruim e o que é bom aqui desse negócio? Mas precisa informação, como é que podemos ter um trabalho, que seja justa a distribuição de água, e um não seja perdulário em função dos tipos de solo. Então eu me lembro que estabelecemos um processo assim, cinco anos da primeira outorga, com o mínimo de informações, com RT do agrônomo sobre o solo. Aquilo traria algumas informações mapeáveis ate para tendo um corpo técnico, um braço executivo da bacia e com memória da bacia, até fazer modelagem da própria

bacia em função do conhecimento daquela informação. No segundo ciclo, verificar realmente quais foram os consumos executados e mais informações do tipo de solo, porque o tipo de solo faz uma diferença danada. Eu medi lavoura de arroz, toda bonitinha, sem perder água jogada dentro da lavoura, que consumiu 8 mil metros cúbicos por ano e a outra consumiu 4 mil metros cúbicos por ano. Qual era a diferença? Tipo de solo. Um tinha aquele horizonte de impedimento, tinha um horizonte muito forte e outro não tinha, embora fosse solo argiloso, pesado, mas ele não tinha a interrupção, aquela. Então faz diferença. Então você vai negar de dar outorga para o que tem um solo que é oito mil metros cúbicos por hectare ano. Não. Mas você vai conseguir distribuir melhor, aquele que precisa oito, vai ganhar os oito, o que precisa quatro, ganha só quatro. Porque ele não precisa mais. E é extremamente isso, porque estão instalados lá, hoje a outorga sendo muito burocrática assim. Não eu acho que tem que chegar a aperfeiçoar no futuro e você consiga resolver essas questões. Mas indo buscando os melhores ajustes para que você consiga o desenvolvimento, porque também não dá para parar de produzir simplesmente, se você tem condições de equacionar melhor o consumo da água. Então você não necessariamente vai impedir a atividade, mas você vai reajustar alguns parâmetros com aqueles que já estão usando, enfim você vai regularizar todo mundo. E aí sim depois de tudo organizado, não dá, você planeja o racionamento, como nós vamos fazer o racionamento? Essa redução, ela não pode ser linear para todos, como é que você vai fazer essa redução? Em função de que já chegamos naquele limite. Aí tem a questão também dos anos mais úmidos, dos médios e dos secos. O que nós acordamos lá na bacia de Santa Maria, que tendo em vista, porque isso nós conseguimos verificar com uma determinada previsão, que tem anos que serão mais úmidos, o pessoal da meteorologia já avisa. Então eu arrisco, eu produtor, sendo mais úmido, estou sinalizado de que posso irrigar mais, maior área. Então eu assumo esse risco, se não chegar o tal ano úmido, eu tenho lá na minha outorga, que no ano não úmido a minha outorga é bem menor. Então eu corro o risco de perder uma parte da minha lavoura. Então são coisas difíceis de implantar, mas que se tivermos monitoramento sistemático, hoje eu monitorar com sensor lavoura de arroz é facilíssimo e barato, você pode monitorar esse consumo lá do gabinete de outorga. Isso dá para fazer, nós já fizemos lá nas pesquisas que fizemos com arroz. Por isso que eu achei extremamente pertinente, e eu acho que de repente dá para abordar alguma coisa, alguma sugestão. Então a minha sugestão é que nós trabalhemos e também consultemos a CTPOAR, dado do formato como ele está também vai interessar essa discussão das prioridades e aí então esses subsídios que a CTPOAR pode trazer também.

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – Eu acho que essa questão da outorga precisa evoluir muito. Porque assim, alguns locais, ainda mais nós lá no nordeste que temos uma oscilação muito grande da chuva, alguns locais não mudaram a sua vida em função de um uso agrícola e que vai crescendo vai evoluindo. Quando você estabelece um limite de uso em função de vazões e de referências. O que acontece? Essas pessoas já estavam lá, e eu já tinha naturalmente um sistema de estresse, que pode ter evoluído mais ainda. Então eu fico pensando assim, uma sena, eu chego lá coloco uma carteira na

praça e digo aos agricultores do local, façam uma fila aí. Tem aqui essas estações, eu calculei a vazão de referência tanto, vocês vão pedindo, quando chegar em 80% dela, vai embora e procure outra vida. Não tem condição de fazer isso. Então a visão de outorga que temos hoje, é mais como se fosse um sinal amarelo. Quando eu tenho um rio que tem muito mais água do que as pessoas estão usando. Aquele sinal amarelo já me pede um processo diferente, e onde nós já temos avançado do sinal vermelho, vamos dizer assim, o que precisamos é ter outro papel da outorga. E assim, tem que ser negociado com a sociedade, tem que ser progressivo, tem que promover uma interação dos usuários. É importante que eles não fiquem individualizados, que nós possamos fazer um processo em que eles mesmos através da prestação de um serviço possam fazer até uma espécie de pagamento, pela prestação do serviço que eles fazem de gestão, elas mesmos se controlam, elas mesmas se monitoram, eles definem regras em conjunto no comitê. Eles acompanham o processo deles, ou seja, nós temos a possibilidade de ter um sistema mais ajustado em relação à situação que ele colocou. E entra outro elemento aí, que eu me lembro bem a primeira reunião que eu tive aqui, fiquei tão embaraçado de ver como eu falava aquilo. Mas eu vejo assim, estamos incorporando a gestão da água, não só os aspectos de quantidade, o de qualidade com o tempo, demorou, mas foi incorporada. As questões ambientais estão entrando no processo, mas em alguns locais a água é de um a grande responsabilidade na possibilidade de melhorar a qualidade de vida do cidadão. Em outros locais eu tenho outras atividades econômicas, mais o comércio e tal que eles possam depender menos da água. Mas lá no sertão a água talvez seja uma forma fundamental de eu garantir que o resultado econômico dessa água possa requalificar a qualidade de vida daquela sociedade. Então a tomada de decisão sobre quanto eu restrinjo não pode deixar de considerar os outros impactos que eu tenho das questões sociais. Então eu sei que é difícil, nós não temos medido isso. Mas é importante que agreguemos de alguma forma, alguma coisa que leve em conta esses aspectos. Porque isso em alguns locais é fundamental. Eu conheço situações lá na Bahia, nós estivemos lá na barragem do apertado em Mucuri, a primeira vez que ela não conseguiu ficar plena de água ao final do período de chuvas, os produtores sentaram, muitos deles faziam parte do comitê, mas antes mesmo de sentarem em comitês, sentaram e disseram assim, vamos diminuir. Nós só temos 80% da água e todos vão plantar 80%. Mas aí começaram a combinar, mas vem cá, tal tipo de cultura, se eu reduzir, eu tenho muito mais desemprego do tal tipo de cultura. Que tal pensarmos em uma forma que não se tenha muitos rebatimentos. Porque isso tudo vai se refletir na cidade com pobreza, com assalto, com uma série de outros problemas. Então isso é importante, isso para mim é fundamental e em algumas áreas é estratégico. Então não sei como é que vamos incorporar isso, mas eu acho que nas regiões do semiárido isso tem um papel decisivo para podermos tomar decisões.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Só complementando o meu comentário sobre o rio da bacia Santa Maria. Nós chegamos a essas ideias de anos úmidos, anos médios e anos secos. Por quê? Porque essas discussões começaram antes da lei ainda. Nós

1271 começamos a trabalhar com a bacia do Santa Maria em 92, fizemos  
1272 seminários, fizemos diagnósticos da bacia, começamos a discutir e o que  
1273 observamos lá. Que o uso da água lá, já estava esgotado, já era acima da  
1274 quantidade, só que o que acontece. Trabalha-se, por exemplo, com a Q95, ok?  
1275 Mas o que é essa tal da Q95? Ela é diferente no inverno e no verão, muito  
1276 diferente. foi a minha pesquisa de doutorado inclusive. Muito diferente, então  
1277 não dá para trabalhar com há Q95 todo ano. Ponto um. Segundo, o que é o  
1278 Q95 calculado com 30 anos de dados? É uma porcaria, não da informação  
1279 nenhuma, por quê? Porque da uma média que na verdade não é média, é o  
1280 menor dos valores que ocorrem em quarenta anos. Então nós estamos falando  
1281 dos valores que ocorrem em quarenta anos, aquela Q95. Então também não é  
1282 isso. O que é a Q95? Nós temos que fazer a média das Q95, do conjunto dos  
1283 anos. Então você calcula uma por ano e faz à média. Então o que acontece,  
1284 você tem um desvio padrão. Então você tem os anos de umidade média. Aí  
1285 nós fizemos as contas para aqueles usuários que já estavam na bacia, ok, tem  
1286 água para vocês hoje. Ou seja, eles não estavam usando acima, mas se  
1287 fossemos usar o Q95 o Q90 estava estourado. E realmente está. Então quando  
1288 é que isso acontece? Nos anos secos, que é a faixa de baixo do desvio padrão  
1289 da média das permanências. Exatamente. Aí então vem o sinalizador, você  
1290 recebe uma outorga, que diz assim, anos de mínimas você pode usar até tanto,  
1291 e médias e úmido pode plantar o que está acostumado a plantar. Então isso  
1292 coloca o risco no produtor, que assume esse ano eu vou plantar mais e esse  
1293 ano eu vou plantar menos, em função do que se coloca. É um risco que ele  
1294 corre, mas a outorga está também em função de riscos e como a própria  
1295 outorga das mínimas ainda tem risco, porque ele não é 100%. Ela não é a  
1296 vazão 100%, ela é uma vazão que é 90% ou 95% das mínimas. Você ainda  
1297 tem risco e se baixar daquilo vai ter racionamento. Então o que fizemos para a  
1298 proposta, para o estado. Para o estado outorgar nesta bacia, nós analisamos a  
1299 bacia inteira, fizemos várias formas de racionamento e como distribuir melhor o  
1300 racionamento por trecho. Então o estado fez uma campanha de regularização,  
1301 de tudo, aqueles que comprovaram que eles eram usuário já ao longo dos  
1302 anos, receberam a outorga com aquelas restrições em função da condução.  
1303 Quer dizer, essa bacia é uma bacia que já era impactada e com conflitos,  
1304 muitos conflitos. Tanto que em alguns anos de seca a FEPAN teve que descer  
1305 de helicóptero, porque aí não tem como chegar no rio. Nem pela estrada, nem  
1306 a cavalo, nem de barco. Então só de helicóptero, desce do helicóptero, desliga  
1307 as bombas dos produtores. de conflitos desta ordem. E tudo se apaziguou nas  
1308 reuniões dos comitês onde esses processos, esses balanços e essa simulação  
1309 da bacia inteira como está proposta aqui no livro que eu falei para vocês, da  
1310 bacia inteira. Esse comitê se reúne todo mês, eles se reúnem todo mês. a  
1311 bacia da rio Santa Maria, no Rio Grande do Sul e se discute gestão. Não tem  
1312 abobrinha nas reuniões dos comitês. Se discute a outorga, se discute canais,  
1313 se discute novos empreendimentos que possa haver para melhorar a  
1314 disponibilidade, se discute o desenvolvimento regional, se discute as trocas até  
1315 de tecnologia da irrigação. As trocas de alternativas trocas o arroz por alguma  
1316 outra coisa que tenha maior valor agregado. Então se discute gestão, mas  
1317 gestão como um todo e não apenas como um olhar só daquela quantidade de  
1318 água. Essa experiência foi muito interessante, alias, foi porque era uma bacia  
1319 de conflitos que ela se tornou uma bacia piloto para todos estes testes de

trabalho e desenvolvimento de gestão. Então é muito interessante toda essa experiência dessa bacia, porque justamente ela olha a bacia como um todo e todo esse processo de outorgamento, ele foi olhando essa bacia como um todo. Olhando a sinergia de tudo com um balanço hídrico, o primeiro balanço hídrico que trabalhamos com eles por trecho foi em uma planilha Excel super didática. Vamos colocar um pouco mais aqui e ver o que acontece, onde sobra água e onde falta água, cada trecho com uma modelagem na planilha Excel. Tão fácil que eles mesmos podem mexer e está lá para eles brincarem, mexe aqui e mexe ali e vê exatamente como uma coisa interfere na outra. Então é isso aí.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – A ANA não está fazendo um estudo sobre isso? Você sabe a ANA em uma das reuniões da câmara de outorga, isso já faz mais de um ano. Proposta uma minuta pela discussão da outorga sazonal.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Eu posso encaminhar para vocês essas publicações que resultaram desse estudo, eu passo para a Adriana e a Adriana repassa.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Eu não sei se posso ser subsidiador dessa discussão, eu não sei em que pé está isso na CTPOA. Mas em parte eu concordo com o olhar, tem certas horas que você tem uma mudança de água, que não tem que trabalhar dentro de um limite de restrição, mas isso não é bem entendido pelos usuários e às vezes extrapolam-se esses limites e o verde grande é um exemplo disso. Então a ideia de você ter um marco técnico bem fundamentado para poder fazer isso é o que vai ajudar a dar referência para as pessoas. Porque a outorga sazonal para poder dar uma impressão para alguns, que está chovendo mais, que você pode usar toda a água que for, até a que não existe. Mas se não está chovendo você vai se compensar, é uma lógica que eu acho que não tem fundamento técnico. Agora uma coisa que estou observando é o seguinte, nós quando estamos trabalhando com esse conceito de área de restrição, ou prioridade de uso, nós estamos trabalhando com um olhar como se nós fossemos os usuários da água, como se nós fossemos a natureza, que é usuária da água, e que os parâmetros colocados até agora não tem, pelo menos a olho visto, estabelecido uma lógica onde as pessoas que fazem parte da comunidade de gestão de recursos hídricos saiam da caverna do dragão. Não sei se estou sendo claro, porque o mito da caverna do dragão é aquela história que você não conhece, aí quando você sai da caverna você é um só. E eu penso que as vezes a comunidade de recursos hídricos está dentro da caverna do dragão. Porque não está vendo, por exemplo, nós temos o comitê do Piracicaba que participamos lá em Minas, que está constantemente aparecendo manchas, poluição, a água turbidez, e todos ou pelo menos uma grande parte das pessoas, as mineradoras dizem que não foi elas, as pessoas dizem que não foi elas, nós estamos nesse estágio de subdesenvolvimento

1369 onde as pessoas que usam a água tem a coragem de ir para reuniões de  
1370 comitê dizendo, não, não fui eu, alguém está mentindo ali. E aí ficamos sem  
1371 saber quando é que o sistema vai nos ensinar a ser gente. Então o lado da  
1372 questão ambiental para mim. Eu me considero nesse aspecto usuário, eu sou  
1373 um representante de usuário aqui, que é a biodiversidade e aí esse calculo não  
1374 entra. Se sim, eu parabenizo e vejo que se esse seminário que está aí pelo  
1375 menos não me pareceu...

1376  
1377  
1378 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – Nós teremos uma mesa que vai  
1379 abordar justamente isso.

1380  
1381  
1382 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** –  
1383 Então, nesse seminário não me pareceu que esse tipo de usuário está sendo  
1384 privilegiado, eu queria que repensasse o seminário e desse esse enfoque para  
1385 esse tipo de usuário. Porque eu represento aqui, já que os passarinhos não  
1386 falam português, e muita gente não consegue ouvi-los bem.

1387  
1388  
1389 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA)** – É a mesa cinco, diz assim,  
1390 política ambiental, definição de áreas de restrição de uso. A política ambiental  
1391 na definição de áreas de restrição, base jurídica. Estabelecimento de áreas  
1392 prioritárias para conservação da biodiversidade e recuperação da vegetação e  
1393 o zoneamento ecológico econômico na definição de unidades de conservação.  
1394 Então isso aqui pode ser ampliando, mas que está abordado é essa ótica  
1395 ambiental. E esse caso do ZE, é o ZE do Acre, que trabalhou isso.

1396  
1397  
1398 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Nós  
1399 temos vários exemplos concretos, por exemplo, nós conseguimos na justiça, e  
1400 eu vou fala depois sobre isso, nós não podemos, e eu estou mostrando para  
1401 vocês que a política de gestão de recursos hídricos está sendo judicializada.  
1402 Nós conseguimos lá no Parnaíba, suspender a outorga de um empreendimento  
1403 por conta do pato mergulhão. Porque era o único lugar que tem, e que se  
1404 fizesse aquele empreendimento acabava com o pato mergulhão, e está a maior  
1405 confusão. O nosso colega no comitê foi ameaçado. Mas por que isso gente?  
1406 Quer dizer essa dimensão de você ter o sistema para gerenciar os usos  
1407 econômicos e não a questão ambiental, ela tem que evoluir e estamos aqui  
1408 para poder ajudar nisso. Então um exemplo claro é aquela reportagem que  
1409 você viu ali, a reunião passada da CTPLAN foi um desgaste imenso, com  
1410 alguns enalços querendo dar fundamentação e legitimidade a ideias que  
1411 tivemos que ir a justiça para mostrar para aquelas colegas da SEMA que  
1412 chegam aqui com aquele cinismo e eles são obrigados a trabalhar agora  
1413 obedecendo o juiz, porque nós fizemos isso, para que chegar nisso. Aí chega  
1414 aquele pessoal da SEMA, faz aquela cena. E agora estão sendo obrigados a  
1415 trabalhar por conta do juiz, que os proibiu de dar a licença. Eles não estão lá  
1416 pela questão ambiental, não estão lá pela questão de proteger nada. Estão lá  
1417 para fazer conluio com esse pessoal aí, deputados, empresas e tudo mais. É

uma acusação que eu quero que eles venham aqui dizer, e coloquem em ata para eles se defenderem disso que estou acusando eles. Porque chegam aqui e convencem vocês e aí a justiça tem que nos ajudar. Por que isso? Obrigada pela atenção.

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – Nós conversamos um pouco antes que uma das dificuldades que temos na gestão, é quando perguntamos assim, como eu manejo a água de uma maneira que ela me dê uma resposta ambiental adequada? E as vezes nós não temos estudos que nos deem uma resposta a respeito disso. Então essas coisas mais significativas precisam estar apontadas e sendo pesquisadas e conhecidas. Porque se não ficaremos sempre devendo nesse sentido, eu acho que você faz um papel extremamente interessante quando coloca toda essa preocupação. É fundamental para nós essas pisadas no freio que você coloca aqui para estarmos refletindo. Você sabe que consideramos isso muito importante. Aliás, eu vejo todos comentarem isso, mas às vezes setor ambiental não tem uma resposta para nos dar como nós gostaríamos. Então é preciso que aumentemos mais ainda esse diálogo, crie inclusive condições que são demandas nossas de conhecimento nessa área para que possamos ter a condição de fazer uma gestão ainda em tempo, em alguns locais talvez seja muito difícil.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – No caso do Pantanal se não fizermos isso vai acabar lá.

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – Então assim, estamos saindo da gestão que antes era só preocupada com questão de garantir água para as demandas. Mas hoje nós não temos nessa região tantos problemas de oferta de água, o problema é que papel ambiental a água vai cumprir nesse processo. E sem respostas às vezes e isso é uma opinião muito pessoal, as vezes eu vejo um certo conforto de alguém em uma área dizer assim, não, eu não tenho esse conhecimento, mas eu tenho que tomar um certo cuidado. Claro, mas se continuar sem procurar saber, sem procurar ter resposta é complicado. Nós temos que, por exemplo, vamos fazer uma coisa equivalente, uma comparação meio grosseira, mas abastecimento humano é prioritário, não tenho dúvida. Por conta disso se eu não tomar providencias para que tenham mananciais mais seguros e não tomar cuidado com outras coisas, que eu possa dizer para todo mundo, pare. Porque eu quero garantir o abastecimento humano e não tomei providencias. Eu sei que não é, por isso que eu falei que a comparação é meio grosseira, mas muitas vezes o setor de zoneamento se aproveita dessa situação de prioridade ao abastecimento humano que todos são capazes de entender, certo? E muitas vezes não toma providencias em tempo que possa ajudar a ter uma gestão mais eficiente. A comparação não é na mesma proporção, mas do mesmo jeito nós precisamos ter como fazer isso. Porque se não podemos até querer fazer e não consegue fazer. E sabemos que vão existir sempre pressões de demandas de água, e que se passar o tempo e não tivermos respostas, fica cada vez mais complicado fazermos frente a isso. Mas

eu entendo e acho que é um caminho, nós até reclamamos um pouco disso aqui antes, eu não sei se você estava aqui na hora. Nós chamamos a atenção porque esse é um aspecto que precisamos saber responder. Eu estou vendo que incorporar o papel ambiental da água, está sendo o próximo passo de avanço de gestão, e espero que possamos fazer isso o mais rápido possível. Eu até digo que é usuário nobre, não usaria como usuário simplesmente, é o usuário nobre, nós precisamos. Não é olhar a questão ambiental só como a questão da capacidade de produzir água que eu estou mexendo, é a capacidade de cumprir uma função no meio ambiente, de conservação da biodiversidade, e de outros elementos interessantes. Agora se não tivermos orientações de como fazer isso, nós sempre ficaremos sofrendo pressões significativas e vamos ter dificuldade de conseguir fazer. Então eu acho que temos que ser aliados nesse processo. E fazermos ingerências no sentido de que possamos ter investimentos conhecimento que nos proporcione essa possibilidade de fazer essa gestão assim. Agora, o que eu senti um pouco de falta naquele documento, e eu vou falar de novo, mas é porque talvez isso não seja tão geral. A questão ambiental é muito mais geral, é que possamos ver nas áreas onde a água tem uma função econômica mais significativa, do ponto de vista não do quanto ela gera, mas o quanto ela é em relação a tudo que se pode gerar, que as vezes é pouco. Que não nos esqueçamos de que é um bem público, que alguns tem capacidade de investimento, que transformam essa água em dinheiro, mas essa água é de todos. Então é preciso que questões básicas de qualidade de vida sejam proporcionadas também por esse retorno. E acho que uma das melhores formas de fazermos a cobrança da água, porque eu não tenho o dinheiro passando por um ciclo até chegar a prestação do serviço que ele pode gerar. É com a pessoa que está no sistema usando prestar o serviço. Ao invés de ela pagar em dinheiro, ela prestar o serviço, porque além de ela estar gerando a informação, ela estará conhecendo a informação, e com isso ela começa tomar decisões que ela mesmo antes de passar a informação já sabe. Poxa o meu poço está mais baixo do que no ano passado, meu rio está mais baixo do que estava no ano passado. E isso faz com que possamos ter inclusive esses entes do sistema, eles são entes do sistema. Não entes do sistema de gestão, mas são entes do sistema de recursos hídricos, elas possam estar cumprindo um papel que não é só de usuário. É uma questão de estado, não é uma questão só de elementos do governo. Envolve a sociedade e eu preciso que o nosso cidadão além de consumir possa ajudar no papel de gestão também de uma certa forma. Então assim, quando temos um conflito ou alguma coisa, é muito mais fácil entendermos que eu preciso dele não só se legalizando com outorga, me ajudando com a informação. E isso se formos colocar no papel o quanto custa e quanto estamos deixando de gastar é bastante razoável o sistema e as vezes são bacias que o cara não tem capacidade econômica de pagamento. Mas é interessante. Nos nossos planos lá nós estamos incorporando essa modalidade de pagamento também como uma proposta, até que ponto o governo vai de fato incorporar isso, nós estamos jogando o barro, se vai pegar na parede.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Nós acompanhamos com muita ênfase o fato daquela questão de Correntina, para



nós em compensação é um marco. É um marco que representa a insuficiência do sistema que participamos. Uma seria de como a gerenciar política pode falsificar, ali tinha outorga, tinha plano e tinha todos os instrumentos, e de repente a população não quis saber de nada disso. Foi lá e quebrou todos os canos e deu aquele conflito que deu repercussão até internacional. Nós precisamos entender melhor aquilo. Em relação ao plano de bacias o que foi que aconteceu ali. Então eu queria pedir, eu até falei com o Aderbal sobre esse assunto, que fizéssemos um dia uma exposição aqui sobre como o estado vivenciou e entende aquilo ali. porque aquilo foi uma lição imensa para a gestão de recursos hídricos da Bahia e se não nacional. Então o plano de bacia lá foi para onde? A cobrança foi para onde? A outorga foi dada para onde? Hoje uma arritmia que temos que entender, como acontece com um desastre de avião? Um desastre de avião ajuda a entender a segurança do avião, a mesma coisa poderia fazer com isso.

**O SR. BRUNO JARDIM (CERHI/PB/BA)** – Vamos colocar na balança uma série de coisas, está sendo uma lição. Não tenho dúvidas disso, mas eu espero que a lição de fato que aprendamos, é que todas as vezes que precisarmos protestar, chegarmos aquele nível de protesto. Porque e não teremos uma situação muito complicada. Então assim, temos que tomar muito cuidado, porque se não fica parecendo que esse é o caminho para abriremos. Mas assim, eu sei que você não concorda, pelo que eu conheço de você, você protesta, você grita e faz, mas tem todo o limite do bom senso. Bom, mas veja então, repare. A Bahia contratou o plano do Grande e do Correte a um tempo atrás, em 92. Com ambições até maiores porque ele queria não só fazer junto do plano o cadastro de usuários e queria fazer um estudo da biodiversidade. Então foi até uma dificuldade a principio de empresas que quisessem entrar nesse contrato tão heterogêneo, mas daí que saiu um plano e depois o estado teve dificuldades heterogêneas e entre as coisas que ele acabou não concluindo foi esse plano de bacia. E os outros todos não concluirão também, não foi específico esse. Estamos retomando agora, e passei uns bons dias da minha vida, final do ano passado e agora revendo esse texto, porque nós tivemos referências e estamos fazendo mudanças metodológicas para podermos estar contratando isso. E eu espero que quando eu volte lá já tenha saído a licitação. Eu não sou do estado, eu estou no estado tem três anos, vai fazer quatro agora. Louco e rezando para continuar no estado até o final desse plano, porque que eu tenho para mim como um grande estímulo para que possamos construir esse trabalho, O plano do Correte e do Grande, o plano estadual também, mas eu posso contribuir de outras formas. Eu acho que esse aí eu gostaria de estar na equipe, estar trabalhando e acompanhando. Estamos pedindo que esse contrato retome, porque assim, o diagnóstico estava pronto, mas prono em 2012 e 2013. Então de lá para cá temos o estudo do Cuia, que trás novas visões sobre um novo nível de patamar de conhecimento, temos a reconstrução do plano do São Francisco. Foi revisto o plano do São Francisco. E tem mais uma que foi a seca que vivemos de 2012 para cá. Que coisas ela proporcionou ao ambiente que nós não tínhamos antes. Então considerar aquele diagnóstico de 2012, sem levar em consideração esses fatos. Significa você tomar como ponto de partida na confecção de um plano elemento, que

1565 você considera estratégicos e importantes. Então estamos retomando isso, não  
1566 vai ser feito o mesmo diagnóstico, mas uma revisão incorporando esses fatos  
1567 significativos, incorporando um processo metodológico diferenciado. Agora ali  
1568 não é o nosso Pantanal, não é a nossa Amazônia, mas ali é uma região e eu  
1569 queria que a Bahia tivesse outros locais com tanta água como tem lá. Embora  
1570 só chova de outubro a março. Então assim, eu acho que ali estamos em uma  
1571 região, mas isso é visão de Bruno, em que o grande elemento de promoção  
1572 desse conflito é também como setores da sociedade enxergam o modelo de  
1573 desenvolvimento que a região deve ter. Então por mais que os elementos da  
1574 região possam estar aperfeiçoados e implantados na região, eles sozinhos não  
1575 resolvem isso na minha forma de pensar. Tem pessoas que, por exemplo,  
1576 questionam a quantidade de água retirada subterrânea, em função das  
1577 outorgas dadas para os postos. Quando você pega todos os estudos da  
1578 capacidade que Urucuia tem de atender, a vazão outorgada hoje total, mesmo  
1579 que eu esteja com 50% dessa vazão ainda desconhecida, mas sendo utilizada  
1580 é muito pequena em relação a capacidade do sistema. Claro que o sistema  
1581 pode ser aperfeiçoado, em termos de outorga, tudo pode ser aperfeiçoado  
1582 sempre. E se o estado não entra como elemento produtor de diálogo, se ele  
1583 não cria para as pessoas que estão (...), qual o problema que eu vejo? O  
1584 camarada que está lá que planta com baixa tecnologia, se ele quiser tirar  
1585 outorga hoje não sei se ele tira, porque essa baixa tecnologia talvez não seja  
1586 aceita pelo setor. Mas eu acho que isso não pode ser assim. Essas pessoas  
1587 não têm capacidade de fazer investimento para mudar. Então elas têm que ser  
1588 legalizadas, essas questões de posse de terras têm que ser repensadas,  
1589 estudadas. Quem chega novo consegue, porque ele consegue ter tudo o que a  
1590 lei manda, e que está lá a muito tempo? Talvez não tenha essa facilidade.  
1591 Então se não entendermos isso, nós não resolvemos o problema, ele extrapola  
1592 a questão dos recursos hídricos. Mas ele está envolvido porque é uma  
1593 exploração intensa dos recursos hídricos, é elemento que está no processo.  
1594 Mas talvez se ele consertar coisas que são de outras esferas de governo e que  
1595 refletem na questão das águas, só para dar uma ideia de como estamos vendo.  
1596 Há um interesse muito grande do secretário, há um interesse muito grande do  
1597 INEMA e se fizer isso, e eu particularmente estou muito motivado para que eu  
1598 possa conseguir trabalhar nisso até o final. Estamos propondo alterações,  
1599 estamos fazendo coisas que eu acho que possam ser interessantes e nos  
1600 colocamos a disposição para deixá-los a par de tudo, porque não tem nada a  
1601 ser escondido. Agora vejo muito essa questão do conflito de visão de  
1602 desenvolvimento regional. A Jussara falou aqui, o sistema lá acabou  
1603 produzindo essa discussão, embora extrapolasse as competências do setor,  
1604 mas sem ele resolvido nós não conseguimos fazer. E acho que lá um dos  
1605 aspectos é esse. Tem toda a questão ambiental, é uma bacia importantíssima  
1606 na produção de água. O Corrente joga água no São Francisco em um trecho  
1607 em que ele passa pela Bahia até Sobradinho, o grande que produz em termos  
1608 de vazão maior enquanto contribuição, mas já joga praticamente em  
1609 Sobradinho. Então para a Bahia o fluxo de água naquele trecho, a produção do  
1610 Corrente é muito significativa. É uma bacia lindíssima, os rios são  
1611 maravilhosos, só chove de outubro a março. Se você comparar os gráficos de  
1612 chuva com os gráficos de vazão é uma coisa impressionante. Desculpe eu ter  
1613 me alongado demais.

1614

1615 **A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –**  
1616 Pessoal ok. Já são 11h48, e nós temos ainda para discutirmos a questão... Eu  
1617 acho que já esgotamos praticamente a pauta e eu acho que é só a discussão  
1618 de agenda agora. A Claudia está colocando ali os nossos encaminhamentos. É  
1619 mais é mais ou menos isso mesmo que está colocado. A proposição de datas.  
1620 Então primeiro o que nós precisamos de data. Precisamos de data para uma  
1621 reunião da câmara técnica anterior a data limite da análise do Conjuntura para  
1622 fecharmos a data. Essa data ontem nós vimos que o fechamento Conjuntura  
1623 seria 15 de julho, então uma reunião que ocorra em junho já está de bom  
1624 tamanho para podermos fazer o fechamento do Conjuntura. Esse é um dos  
1625 nossos limitantes.

1626

1627

1628 **A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ) –** Eu tenho uma dúvida, porque eu não  
1629 acompanhei o processo antes. Eu mesma puxo a orelha. Jussara esse parecer  
1630 do Conjuntura tem que passar pela CTIL e depois pelo CNRH? Ou não passa  
1631 pela CTIL.

1632

1633

1634 **A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** É uma  
1635 boa pergunta, na realidade ali fala do conselho na resolução ou da câmara  
1636 técnica? Vamos olhar. Ao CNRH, então nós temos a partir do parecer da  
1637 câmara técnica. Então o parece é nosso, ele vai fechado pela nossa câmara.

1638

1639

1640 **A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ) –** Então as datas mudaram, então tem que ser  
1641 180 dias. Então tem que ser antes da reunião no CNRH, que é no dia 28 e 29  
1642 de junho. Então tem que estar pronto antes dessa reunião e mandar para ela.

1643

1644

1645 **A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** O seja,  
1646 em junho. Pode ser junho, desde que não seja na véspera.

1647

1648

1649 **A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ) –** Desde que não mande para a CTIL, porque a  
1650 CTIL é em maio. A SEIL é em 22 e 23 de maio.

1651

1652

1653 **A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Eu não  
1654 lembro como foi o outro processo, o último, esse que gerou a resolução. É que  
1655 na verdade essa daí gerou resolução. Nós tínhamos um parecer técnico da  
1656 câmara técnica, é como ela gerou uma resolução, aí tinha que passar na CTIL.  
1657 A menos que iremos gerar alguma... Eu acho que não, eu acho que não  
1658 precisa passar pela CTIL.

1659

1660

1661 **A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ) –** Ótimo. Porque eu vou falar as datas todas  
1662 aqui para vocês ficarem assustados. 22 e 23 de maio é a CTIL e eu tenho que

colocar aqui que em maio a equipe da secretaria irá estar analisando os documentos para as assembleias de renovação do conselho. Então não dá para marcar muita coisa em maio.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –**  
Quando é que é a CTIL? 22 e 23?

**A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ) –** 22 e 23 de maio. Aí em junho nós temos as assembleias da renovação do conselho. Tem assembleia no dia 15, no dia 18, no dia 19, no dia 20, no dia 26, quando não tem assembleia tem jogo. No dia 22 tem jogo da copa e 27 tem jogo da copa. A tá e aí 28 já é a reunião do conselho. Então se tiver que ter uma reunião só dá para ser de 4 a 8.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Para mim fica bom 4 e 5 de junho. Para mim é o ideal.

**A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ) –** Tá eu vou marcar aqui.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** E aí os seminários até lá nós vamos ajustando, são dois. Nós vamos ter que fazer em agosto e setembro esses seminários, não tem outro jeito.

**A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ) –** Como é o nome mesmo do seminário?

**A SRª. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA) –** Monitoramento da Implementação de Recursos Hídricos, e o outro é sobre Metodologias para definição...

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) –** Isso. E nós definimos esse calendário. Batemos o martelo 4 e 5, mas nada que não possamos ir fazendo algumas propostas por e-mail de ajuste dessas datas para agosto e setembro.

**A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ) –** Então a agenda, 4 e 5 de junho a reunião da CTPNRH, aí tem dois seminários e eu coloquei segundo semestre. Porque eu acho que não vamos conseguir nada antes do segundo semestre. Seria impossível e seria interessante marcar nessa agenda aqui, marcar umas notinhas aqui para o grupo que foi criado ontem. Vamos colocar também aqui? É o grupo do Conjuntura.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – A ANA já trouxe uma planilha, colocando uma comparação entre o parecer técnico de 2016, e onde estão os atendimentos de cada item daqueles. Mas vejam isso não é apenas o que iremos olhar. Nós iremos olhar com olhos de gestão, se tem informações que poderiam ser acrescentadas se tem alguma sugestão de alteração da forma da apresentação. Essas coisas são vários olhares para contribuir para melhoria.

**A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ)** – Na questão de agenda, a data 30 de maio, a data máxima para fazer a minuta.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Eu colocaria 15 de maio, para o grupo receber as contribuições de todos os membros. Vocês vão receber as contribuições de cada membro. Mais a tabelinha que eu já passei para a Adriana, que o Sergio me passou. E aqui vocês recebem tudo isso e o grupo marca uma primeira reunião. O grupo recebe esse conjunto de sugestões e sistematiza. E aí pode haver reuniões por web conferência, e todo aquele que quiser participar, enfim. Avisa todos os membros da câmara, aquele que tiverem disponibilidade e quiserem participar podem participar. E aí encerramos por aqui, fechamos a reunião.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Eu sei que a Adriana saiu, mas ela falou que nós teríamos como ponto de pauta os resultados dos planos estaduais. Uma avaliação dos planos estaduais.

**A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ)** – Eu vou ler aqui a proposta de pauta. Síntese da oficina da margem dentro do Amazonas. Essa aqui apresentada pela própria ANA. E o FONASC apresenta a agenda. Eu não soube muito bem escrever.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Eu queria propor uma proposta de resolução, já que não avançamos no grupo de acompanhamento. Nós iremos propor uma proposta de resolução para exatamente essa discussão aí.

**A SRª CLÁUDIA LIMA (SRHQ)** – Tá, vou colocar só a proposta de resolução. Aí o outro tema que é o Paraguai, a FONASC vai encaminhar uma proposta de resolução de alteração. Eu vou depois arrumar. Esses dois, é da margem direita, é que está mal escrito. Depois vai ter uma apresentação da ANA, que é, planos de recursos hídricos e mudanças climáticas. Não é bem esse nome, mais foi mais ou menos. Depois a Luciana me manda por e-mail direitinho e na hora que for fazer a pauta. É uma pré-pauta. E construção de um plano de

trabalho. É a apresentação da consultora da ANA. A ANA contratou uma consultoria sobre esse tema de planos de recursos hídricos e mudanças climáticas e vai fazer uma apresentação e de depois da apresentação nós discutimos como vamos inserir esse tema aqui na câmara. Daí na próxima reunião apresentaremos o parecer, já estará prontinho, fechado. Vai só mostrar, do relatório conjuntura e vamos discutir os seminários, são os dois seminários.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – ...** estaduais que estamos envolvidos enquanto Ministério e nós temos algumas observações a fazer. Então a Adriana falou, eu não sei se ela foi clara, mas ela falou de fazermos essa apresentação na próxima reunião.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – É a** apresentação da ANA desse estudo que está sendo feito as análises dos planos, dos diferentes recortes. Planos estaduais, planos de bacias, tanto estaduais... A ANA que está fazendo esse estudo e aí esse estudo deve ficar pronto até meados de maio. São duas apresentações. É o estudo de mudanças climáticas e os estudos dos planos dos diferentes recortes estaduais de bacias, bacias federais e estaduais.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Mas** de qualquer maneira presidente. Essa primeira do Paraguai já está aqui como resolução para nós avaliarmos.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – Sim é** outra pauta. Então nós temos na pauta uma apresentação da síntese da oficina da margem direita, é uma pauta. Pauta dois, discussão da proposta ao FONASC de mudança no GAP, e provavelmente próximos passos também. Eu não sei se a ANA vai apresentar alguma proposta do acompanhamento, alguma coisa em função do plano ter sido aprovado.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** Porque na discussão anterior nós fizemos um esforço imenso para aprovar, aparentemente não era isso, mas na verdade terminamos aprovando muitas restrições, porque acreditamos que estávamos dando um cheque nominal a ANA para facilitar a gestão. Então como é esse o novo momento que a ANA vai atuar com o plano pronto, é essa a expectativa que temos. Nós possibilitamos mecanismos de facilitação para que a ANA possa fazer a gestão.

**A SRª JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP) – E** inclusive ficou acordado na própria minuta aprovada do plano que os estudos que estão sendo acordados para o Paraguai, eles serão inseridos na própria

atualização do plano. Assim que eles forem incorporados. Tem a apresentação da margem direita, a apresentação dos estudos dos estados, a apresentação dos estudos das mudanças climáticas. Tem bastante coisa para a ANA. Nós vamos discutir a alteração do GAP do Paraguai e o parecer do conjuntura. E aí com isso nós planejamos os próximos passos. que são, eu não sei se até lá nós já teremos o consultor para conversar conosco, se ele já estiver contratado era bom que ele já pudesse. O Lana do plano.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Eu queria que no caso dos planos de estudos a partir de recorte colocasse também a atuação da SRHQ, nesse olhar que estamos aqui eu vejo que tem a participação dessa secretaria em vários planos, que estão acontecendo em vários lugares do Brasil. No caso Maranhão, Goiás, entendeu Claudia. Esses planos que o setor de vocês está acompanhando, estados da situação do acompanhamento dos planos.

**A SR<sup>a</sup>. LUCIANA APARECIDA Z. DE ANDRADE (ANA/MMA)** – Os planos continuam sendo contratados pela SRHQ e acompanhados pela SRHQ. Isso não muda, o que esse estudo da ANA fez, foi uma análise dos normativos.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Isso eu acho que são dois fatos para um mesmo tema, é uma a partir da ANA e uma a partir da SRHQ.

**A SR<sup>a</sup>. LUCIANA APARECIDA Z. DE ANDRADE (ANA/MMA)** – O que vamos trazer são diretrizes, conteúdos mínimos de planos de recursos hídricos e seus diferentes recortes, para que não seja tudo uma mesma receita de bolo.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Que é fazer do estado da arte dos planos que estão em desenvolvimento, a partir dos planos da secretaria que...

**O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (Conselho Estadual do Espírito Santo)** – Nós conseguimos ordenar o tempo para cada um desse aí? E aí eu tenho uma pergunta a FONASC, a apresentação da minuta com a proposta de vocês, vai ser submetida ao tema inicial da margem direita. Proposta de resolução, está escrito. Você vai submeter à apreciação, deliberação.

**O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Vai ser por conselho, na verdade eu estou adiantando, que às vezes tem um processo que é muito lento, nessa questão aqui da construção de vários temas. Mas no caso do Amazonas nós já temos uma normativa estabelecida, e a meta

que temos é que esse normativo seja restaurado e reformulado em função da realidade atual. Como eu estou vendo que está muito subalterno a dinâmica política e institucional da ANA, ainda que seja uma nova diretoria e pode ser que tenha uma certa rapidez, eu já estou propondo um GAP para o Amazonas novo, mas que oficialmente já tem uma proposta formal para que o conselho, eu estou formalizando mais ainda uma questão. Que sabe com essa formalização, que é o conselho que está fazendo, não é a ANA. Aí vamos dar um *imput* a ANA de repegar essa proposta, mudar ou querer fazer alguma coisa. Porque e for esperar o ritmo que está, vai morrer gente, vai ter greve lá, vai ter problema. E eu estou doido para que nós envolvamos aquele pessoal para eles ficarem mais calmos. Entendeu? Eu estou achando que está quase pronto e não é nós não. É usuário, são os usuários.

**O SR. ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (Conselho Estadual do Espírito Santo)** – A outra questão, continuando, é porque assim, eu estou acompanhando agora e queria obter mais informações sobre os encaminhamentos a partir da provocação da CTIL, que na verdade embargou o mérito de uma resolução que saiu daqui.

**A SR<sup>a</sup> JUSSARA CABRAL CRUZ – Presidente da CTPNRH (OTEP)** – Nós não recebemos ainda oficialmente o retorno da CTIL, nós sabemos que vai retornar e eles estão escrevendo um parecer, esse parecer vai ser encaminhado para nós. Aí eu peço a Claudia que quando o parecer for encaminhado para as câmaras técnicas né. CTPOAR e CNRH repassem a todos os membros para já termos a ciência de... E obviamente se esse parecer chegar antes daquela reunião, entra na pauta. Certo? Ok. Claudia? Então tá. Declaro encerrada a reunião.